UNIVERSIDADE DO PLANALTO CATARINENSE - UNIPLAC

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AMBIENTE E SAÚDE

DEIWYTT NAOMAR RUSTICK

PERSPECTIVAS E DESAFIOS DE ACESSIBILIDADE PARA CADEIRANTES NOS ESPAÇOS URBANOS DO ESTADO DE SANTA CATARINA

LAGES (SC)

2021

DEIWYTT NAOMAR RUSTICK

PERSPECTIVAS E DESAFIOS DE ACESSIBILIDADE PARA CADEIRANTES NOS ESPAÇOS URBANOS DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Dissertação submetida ao Programa de Pós-graduação em Ambiente e Saúde da Universidade do Planalto Catarinense, para a obtenção do título de Mestre em Ambiente e Saúde.

Orientadora: Profª Dra. Cristina Keiko Yamaguchi

Coorientadora: Profª Dra. Lilia Aparecida Kanan

Linha de pesquisa: Ambiente, Sociedade e Saúde

LAGES (SC)

2021

Ficha Catalográfica

Rustick, Deiwytt Naomar

R971p Perspectivas e desafios de acessibilidade para cadeirantes nos espaços urbanos do Estado de Santa Catarina – Lages, SC, 2022. 68 p.

Dissertação (Mestrado) - Universidade do Planalto Catarinense. Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Saúde da Universidade do Planalto Catarinense.

Orientadora: Cristina Keiko Yamaguchi

Coorientadora: Lilian Aparecida Kanan

1. Acessibilidade. 2. Espaço Urbano. 3. Cadeirantes. 4. Gestão Pública Municipal. 5. Comunicação. Título.

CDD 362.4

Catalogação na Fonte: Biblioteca Central

DEIWYTT NAOMAR RUSTICK

PERSPECTIVAS E DESAFIOS DE ACESSIBILIDADE PARA CADEIRANTES NOS ESPAÇOS URBANOS DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Ambiente e Saúde da Universidade do Planalto Catarinense, para obtenção do título de Mestre em Ambiente e Saúde.

Aprovada em 30 de setembro de 2021.

Banca Examinadora:
Participação remota - Instrução normativa 001/PPGAS/2021 e Resolução UNIPLAC nº 460/2021

Profa. Dra. Cristina Keiko Yamaguchi _____
(Orientadora e Presidente da Banca Examinadora – PPGAS/UNIPLAC)

Profa. Dra. Lilia Aparecida Kanan (Coorientadora) _____

Profa. Dra. Melissa Watanabe _____
(Examinadora a Titular Externa– PPDS/ UNESC)

Profa. Dra Lucia Ceccato de Lima _____
(Examinadora Titular Interna - PPGAS/UNIPLAC)

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, gostaria de agradecer a minha mãe Inês pelo incentivo aos estudos e pelo apoio incondicional em todas as ocasiões que se mostraram necessárias. Após 5 anos afastado da vida acadêmica e, pelas circunstâncias da vida, passadas diversas experiências profissionais, é incrível como sempre esteve junto comigo, mesmo à distância, me movimentando e dando o suporte que fosse preciso.

Agradeço à minha noiva Luana por estar ao meu lado em todos os momentos e entender que várias vezes durante o mestrado, foi necessário priorizar os estudos e a pesquisa para conseguir seguir adiante.

Grato pela confiança depositada pela minha orientadora Dra. Cristina Keiko Yamaguchi que sempre esteve disposta a ouvir minhas dúvidas, meus questionamentos, minhas loucuras e também minhas frustrações. A atual situação do Brasil e mundo é tão delicada e senão fosse as orientações que tivemos, teria sido impossível concluir essa pesquisa e o mestrado.

Meus agradecimentos às Professoras membros da banca, Profa. Dra. Melissa Watanabe e à Profa. Dra. Lúcia Ceccato de Lima pelas pontuais contribuições para a melhoria da dissertação.

Também agradeço ao estímulo e apoio recebido dos professores e colegas do Curso de Mestrado em Ambiente e Saúde e aos participantes da pesquisa que disponibilizaram o seu tempo para auxiliar nesse estudo.

Estendo por fim, os agradecimentos à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, pela contribuição na pesquisa científica e estímulo na consolidação da pós-graduação no País.

DECLARAÇÃO DE ORIGINALIDADE

Declaro que os dados apresentados nesta versão da Defesa de Dissertação são decorrentes de pesquisa própria e de revisão bibliográfica referenciada segundo normas científicas. Lages, 30 de setembro de 2021.

_____

Deiwytt Naomar Rustick

RESUMO

RUSTICK, Deiwytt Naomar**. Perspectivas e desafios de acessibilidade nos espaços urbanos para cadeirantes em Lages e Joinville no estado de Santa Catarina**. 2021. 67 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Saúde da Universidade do Planalto Catarinense – UNIPLAC. Lages, 2021.

A falta de acessibilidade para cadeirantes ocorre em organizações públicas e privadas, provocando restrições de acesso do cadeirante no espaço urbano, escolar e de saúde. Nesse contexto, esse estudo objetivou avaliar as perspectivas e desafios de acessibilidade nos espaços urbanos para cadeirantes em Lages e Joinville no Estado de Santa Catarina. Trata-se de uma pesquisa exploratória e qualitativa. A coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas, a partir de questões norteadoras, utilizando a Ferramenta de Videoconferência *Google Meet*, devido aos Decretos Estaduais da Pandemia pelo Covid-19, junto a 3 cadeirantes, sendo: 2 representantes de entidades de cadeirantes e 1 responsável pela acessibilidade nos municípios escolhidos. Na pesquisa exploratória, os resultados apontam que a acessibilidade para cadeirantes e as suas dificuldades ocorrem em organizações privadas e organizações públicas com números bem semelhantes. Porém, as organizações privadas carecem de mais pesquisas que busquem verificar a acessibilidade. Os equipamentos urbanos são os locais mais pesquisados, ao mesmo tempo, que coincide com as principais dificuldades de acessibilidade que são encontradas nas calçadas e rampas de acesso. Já na pesquisa de campo, os cadeirantes classificaram a calçada como o acesso a cidadania e que quando estão danificadas se colocam em situações de risco precisando usar a via pública para deslocamento. O gestor público do município de Lages disse que as obras de acessibilidade não seguiram integralmente a NBR 9050 (2020) e que visaram garantir ao menos que os cadeirantes pudessem sair de casa. As principais dificuldades de acessibilidade identificas pelos entrevistados foram: calçadas e rampas de acesso. Ainda, foi identificado que a comunicação entre gestores públicos e cadeirantes se dá através dos Conselhos Municipais dos Direitos das Pessoas com Deficiência e que as entidades representativas dos cadeirantes precisam ser ativos na fiscalização e comunicação de locais que não atendam às suas necessidades. Destacam-se ainda, que os espaços urbanos, precisam de pesquisadores trabalhando em conjunto com gestores, visando propostas de melhorias para seus locais, possibilitando reformas que atendam as normativas da NBR 9050 (2020) e que auxiliem na falta de interesse político dos gestores em relação à acessibilidade.

Palavras-chave: Acessibilidade. Espaço Urbano. Cadeirantes. Gestão pública municipal. Comunicação.

ABSTRACT

RUSTICK, Deiwytt Naomar. **Accessibility perspectives and challenges in urban spaces for wheelchair users in the Lages and Joinville in the state of Santa Catarina**. 2021. 67 f. Dissertation (Master's) - Postgraduate Program in Environment and Health at the University of Planalto Catarinense - UNIPLAC. Lages, 2021.

The lack of accessibility for wheelchair users occurs in public and private organizations, causing restrictions in the access of wheelchair users to urban, school and health spaces, hindering access to basic health services. In this context, this study aimed to evaluate the perspectives and challenges of accessibility in urban spaces for wheelchair users in Lages and Joinville in the state of Santa Catarina. The methodological procedures adopted were: exploratory, applied, descriptive and qualitative. The data collection was carried out through interviews, from guiding questions, using the Google Meet Videoconference Tool, due to the Pandemic State Decrees by Covid-19, with wheelchair users and people responsible for accessibility in the chosen municipalities. In the exploratory research, the results point out that accessibility for wheelchair users and their difficulties occur in private organizations and public organizations with very similar numbers. However, private organizations need more research to verify accessibility. Urban equipment is the most researched place, and at the same time, it coincides with the main accessibility difficulties found in sidewalks and access ramps. In the field research, wheelchair users classified sidewalks as access to citizenship and that, when they are damaged, they put themselves in risky situations, having to use public roads to move around. The public manager of the city of Lages said that the accessibility works did not fully follow the NBR 9050 and that they aimed at ensuring at least that wheelchair users could leave their homes. The main accessibility difficulties identified by the interviewees were: sidewalks and access ramps. It was also identified that the communication between public administrators and wheelchair users takes place through the Municipal Councils for the Rights of People with Disabilities and that the entities representing wheelchair users need to be active in the inspection and communication of places that do not meet their needs. It is also highlighted that urban spaces need researchers working together with managers, aiming at improvement proposals for their places, enabling reforms that meet NBR 9050 norms and that help in the lack of political interest of managers in relation to accessibility.

Keywords: Accessibility. Wheelchair users. Urban space. Municipal public management. Communication.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Processo de categorização

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Marcos internacionais no movimento dos direitos das pessoas com deficiência.
Quadro 2 – Marcos nacionais no movimento dos direitos das pessoas com deficiência.
Quadro 3 – Critérios de inclusão e de exclusão da pesquisa bibliográfica.
Quadro 4 - Trabalhos publicados em 2014.
Quadro 5 – Trabalhos publicados em 2015.
Quadro 6 – Trabalhos publicados em 2016.
Quadro 7 – Trabalhos publicados em 2017.
Quadro 8 – Trabalhos publicados em 2018.
Quadro 9 – Trabalhos publicados em 2019.
Quadro 10 – Acessibilidade em organizações privadas e públicas.
Quadro 11 – Tipos de organizações públicas.
Quadro 12 – Dificuldades de acessibilidade.
Quadro 13 – Gestor de organização pública.
Quadro 14 - Frequência de categorias nas entrevistas.
Quadro 15 – Categoria 1: Descrição própria.
Quadro 16 – Categoria 2: Acessibilidade nos espaços urbanos.
Quadro 17 – Categoria 3: Dificuldades de acessibilidade nos espaços urbanos.
Quadro 18 – Categoria 4: Iniciativas de acessibilidade.
Quadro 19 – Categorias de menor frequência.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO **13**
2 REVISÃO DE LITERATURA **17**
2.1 HISTÓRICO DOS MARCOS DO MOVIMENTO DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA 17
2.2 PESQUISA BIBLIOGRÁFICA: ENTENDENDO A ACESSIBILIDADE E CADEIRANTES 19
2.3.1 Resultados e discussão sobre a pesquisa bibliográfica 31
2.3.2 Considerações finais quanto a pesquisa bibliográfica 37
3 PERCURSO METODOLÓGICO **39**
3.1 CARACTERIZAÇÃO DO ESTUDO 39
3.2 LOCAL 39
3.3 PARTICIPANTES 39
3.4 PROCEDIMENTOS DE CONTATO COM OS PARTICIPANTES 40
3.5 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS 40
3.5.1 Questões Norteadoras 40
3.5.2 Entrevistas não-estruturadas 41
3.5.3 Ferramenta de Videoconferência (Google Meet) 41
3.6 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE DE DADOS 41
3.6.1 QDA Miner Lite 42
3.7 PROCEDIMENTOS ÉTICOS 43
4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE RESULTADOS **43**
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS **55**
REFERÊNCIAS **58**
APÊNDICE 1 ..... **68**
Anexo 1 - Documento de aprovação do CEP **68**

1 INTRODUÇÃO

A falta de acessibilidade para cadeirantes tem sido observada em organizações públicas e privadas. Isso tem provocado restrição de acesso do cadeirante aos espaços urbanos.

Segundo o IBGE (2017), pode ser considerado espaço urbano ou zona urbana, cidades que possuem mais de 20 mil habitantes. Porém, está cada vez mais difícil estabelecer distinções entre zona urbana e zona rural, já que ambas possuem relações e funções interligadas (IBGE, 2017). Ainda assim, é importante estabelecer delimitações entre urbano e rural, visando a ação pública e privada no planejamento territorial do Brasil (IBGE, 2017).

O espaço urbano é complexo, sendo fragmentado e articulado (CORRÊA, 2004). Possui uma organização espacial, tais como as suas diferentes zonas comerciais, residenciais, industriais, etc. Dessa maneira, está interligado com o fluxo de veículos, de pessoas, seus deslocamentos cotidianos e as relações que são criadas entre esses elementos (CORRÊA, 2004). Assim, o espaço urbano é um produto social, sendo a expressão espacial destes processos sociais e um reflexo da sociedade (CORRÊA, 2004).

Corroboram com essa visão, os autores Pereira, Caiaffa, de Oliveira (2021), segundo eles, “a qualidade constitutiva do espaço urbano é essencial às práticas urbanas”. As conexões urbanísticas e esse processo social estão em constante evolução, aumentando o movimento entre as pessoas e, consequentemente, a taxa de urbanização (PEREIRA, CAIAFFA, DE OLIVEIRA, 2021).

Auxiliando essa discussão, foi aprovada no Brasil a Lei 12.587/2012 que instituiu a Política Nacional de Mobilidade Urbana (BRASIL, 2012). Ela objetivou integrar transportes, acessibilidade e mobilidade de pessoas no espaço urbano (BRASIL, 2012). Ela ainda define que são infraestruturas de mobilidade urbana: as vias e logradouros públicos, estacionamentos, terminais, estações, pontos para desembarque de passageiros e cargas, sinalização viária e de trânsito, equipamentos e instalações e instrumentos de controle, fiscalização, arrecadação de taxas e tarifas e difusão de informações (BRASIL, 2012). Uma enorme gama de concreto e sinais que sem as relações humanas não teriam significado. Dando sentido a existência dos mesmos, estão as pessoas e o processo social num emaranhado difícil de dissociar (CORRÊA, 2004). Porém, permitindo que essa interação aconteça, torna-se importante outro aspecto: a acessibilidade.

A Política Nacional de Mobilidade Urbana (BRASIL, 2012), definiu acessibilidade como possibilitar a todos a autonomia de se deslocar para onde desejam ir. Para a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), na sua Norma Brasileira (NBR) 9050 2020, o mesmo termo é significado como a "possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação (ABNT, 2020)". Esse entendimento foi também utilizado pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência para definir acessibilidade (BRASIL, 2015).

Para Freitas (2019), acessibilidade é ter acesso sem barreiras, deixando o espaço acessível para todos. Isso significa eliminar obstáculos que impeçam a circulação livre das pessoas e podem ser físicos, naturais ou de comunicação (FREITAS, 2019).

Segundo a Lei n. 13146 (2015) barreiras podem ser definidas como "qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa". A Lei ainda diz que as barreiras podem ser: urbanísticas, arquitetônicas, nos transportes, nas comunicações e na informação, atitudinais e tecnológicas (BRASIL, 2015). Oliveira et al. (2019) diz que o aumento de desigualdades geográficas está interligado com as barreiras de acesso. Ele descreve que o país possui disparidades quando analisa as regiões de saúde, como sendo fatores que auxiliam na insuficiência de recursos e serviços, assim como, a questão socioeconômica e que a barreira mais observada nas regiões de saúde foi em relação à acessibilidade (Oliveira et al., 2019).

A partir do momento que existem as barreiras e que a acessibilidade é afetada, o processo social do espaço urbano também é afetado. Determinados grupos de pessoas são afetados e lhes é negado interagir com os equipamentos urbanos. É negado a possibilidade de fazer parte desse processo social e de se sentir parte do todo (CORRÊA, 2004)

Por isso, quando discutimos acessibilidade, estamos falando do impacto que o ambiente onde a Pessoa com Deficiência (PCD) está inserida irá ter em sua qualidade de vida. Barreiras que tornam algum local inacessível, ferem os direitos de cidadania, participação e inclusão (ONU, 2011).

Ao mesmo tempo, esses aspectos irão influenciar negativamente na saúde da PCD, podendo até mesmo ser fator determinante para problemáticas relacionadas com a deficiência. Por exemplo: caso a PCD não tiver acesso à rede de saúde de seu território, não poderá realizar cuidados preventivos e que permeiam sua deficiência. Logo, seu estado poderá ser agravado e sua qualidade de vida diretamente influenciada pelo ambiente.

Tal situação foi descrita no estudo de Vasconcelos e Pagliuca (2006), onde pessoas com deficiência física estiveram expostas a inseguranças no caminho que realizam até os serviços de saúde num município de médio porte do Ceará e o acesso a determinadas unidades é inviável.

Essa discussão é corroborada pela Lei 13.146/2015, que define que espaços de uso público devem ser acessíveis e, os que não são, precisam ser adaptados (BRASIL, 2015). Segundo a NBR 9050 da ABNT (2020), acessível significa que o espaço pode ser utilizado e vivenciado por qualquer pessoa, incluindo quem tem mobilidade reduzida (ABNT, 2020).

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no Censo Demográfico de 2010, apontou que mais de 45 milhões de pessoas no Brasil possuem alguma deficiência, sejam elas, visual, auditiva, motora e mental ou intelectual. Esse número representava 23,9% da população brasileira naquele ano.

O censo ainda registrou que em todos Estados brasileiros havia municípios com deficientes físicos, sendo que na população com 65 anos ou mais, foi registrado ao menos uma deficiência em 64,6% dos homens e 70,1% nas mulheres ((Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2010). Tal constatação mostra que ninguém está livre de ter algum tipo de deficiência no decorrer da vida (ONU, 2011).

O Censo ainda mostrou que o Estado de Santa Catarina possuía em 2010, o total de 22.064 pessoas com deficiência motora e que não conseguen de modo algum andar sem cadeira de rodas. Desse total, 1.929 residiam em Joinville e 621 residiam em Lages (IBGE, 2010).

O Estatuto da Pessoa com Deficiência entende que PCD é aquela "que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial (Lei n. 13146, 2015)". Já o Relatório mundial sobre a deficiência da Organização Mundial da Saúde (OMS), diz que a deficiência é algo constituinte do ser humano e que conforme a população envelhece, mais deficiências surgem (World Health Organization, 2011). Sendo assim, quando discutimos deficiência estamos falando de direitos humanos e a tendência necessária de se encarar as dificuldades que irão surgir (World Health Organization, 2011).

Algumas pesquisas buscaram entender as dificuldades de acessibilidade para cadeirantes no país, entretanto, há carência de estudos que analisem a situação de acessibilidade no Estado de Santa Catarina e que procuram examinar o papel do gestor.

Nesse contexto, o objetivo da pesquisa foi analisar as perspectivas e desafios de acessibilidade dos cadeirantes nos espaços urbanos do município de Lages e Joinville no estado

de Santa Catarina. Para auxiliar, foram elaborados os seguintes objetivos específicos: a - Investigar junto aos cadeirantes as principais dificuldades de acessibilidade nos espaços urbanos em Lages e Joinville; b - Discutir as iniciativas de acessibilidade em Lages e Joinville que foram e estão sendo implementadas nos espaços urbanos; c - Examinar como ocorre a comunicação sobre acessibilidade entre gestores públicos e cadeirantes.

Para apresentar a pesquisa, a Revisão de Literatura irá apresentar um histórico internacional e nacional sobre os marcos e leis que fazem parte do movimento dos direitos das pessoas com deficiência. Essa seção é importante para demonstrar o caminho trilhado pelas pessoas com deficiência e como os seus avanços são recentes. Em seguida, a pesquisa de literatura, a sua categorização e os seus resultados auxiliaram no entendimento sobre acessibilidade para cadeirantes, permitindo criar as questões norteadoras que permearam o percurso metodológico desse estudo e as entrevistas realizadas.

Na sequência do trabalho, está a metodologia dessa pesquisa, que é exploratória e qualitativa. O método qualitativo foi escolhido para buscar compreender as percepções individuais e a singularidade dos entrevistados. Os municípios que aceitaram participar da pesquisa foram Lages e Joinville, sendo ao todo 3 entrevistados e todos cadeirantes.

Em virtude da pandemia do COVID19, o contato junto aos entrevistados se deu através de telefone e email, não sendo possível realizar as entrevistas presencialmente. Para auxiliar nisso, as entrevistas foram realizadas e gravadas através do programa de videoconferência *Google Meet* e posteriormente transcritas. A análise dos dados ocorreu por meio do método da Análise de Conteúdo de Bardin e foi utilizado o programa *QDA Miner Lite* na categorização dos dados.

Continuando o trabalho estão os resultados e discussões, onde é realizado uma discussão de literatura junto das categorias criadas a partir das entrevistas, sendo elas: descrição própria; iniciativas de acessibilidade; dificuldades de acessibilidade; comunicação entre gestores e entidades representativas; e as categorias de menor frequência.

Nas considerações finais, abordo o conceito de acessibilidade para os entrevistados, as maiores dificuldades de acessibilidade encontradas nos municípios que foram quanto as rampas de acesso e calçadas, a falta interesse do poder público em garantir a acessibilidade para as pessoas com deficiência e percebemos que o meio acadêmico precisa estar mais presente na discussão sobre acessibilidade junto ao poder público.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 Histórico dos marcos do movimento dos direitos das pessoas com deficiência

A Constituição Brasileira de 1988 garante direitos fundamentais ao cidadão brasileiro, entre eles: cidadania, dignidade da pessoa humana, construir uma sociedade livre, justa e solidária, promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor idade e quaisquer outras formas de discriminação etc. (BRASIL, 1988). Dessa forma, o direito da PCD é garantido pela constituição e deve ser respeitado.

A discussão a respeito dos direitos das pessoas com deficiência iniciou internacionalmente. Para demonstrar o histórico do movimento, foi criado o quadro a seguir, trazendo importantes marcos internacionais e nacionais.

Quadro 1 – Marcos internacionais no movimento dos direitos das pessoas com deficiência.

Ano	Marco	Referência
1948	Declaração Universal dos Direitos Humanos	ONU (1948)
1975	Declaração de Direitos das Pessoas Deficientes	ONU (1975)
1982	Programa de Ação Mundial para as Pessoas com Deficiência	ONU (1982)
1992	Dia Internacional das Pessoas com Deficiência – 3 de dezembro	ONU (1992)
2007	Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência	ONU (2007)

Fonte: dados da pesquisa (2021).

Quadro 2 – Marcos nacionais no movimento dos direitos das pessoas com deficiência.

Ano	Marco	Referência
1980	1º Encontro Nacional de Entidades de Pessoas com Deficiência	Amorim, Rafante, Caiado (2019)
1982	Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência – 21 de setembro	Ministério da Saúde (2021)
1985	NBR 9050 – Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT)	ABNT (1985)
2000	Lei Nº 10.098/2000 - Normais gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida	Brasil (2000)
2006	I Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência	Brasil (2005)
2010	Política Nacional de Saúde da Pessoa com Deficiência	Brasil (2010)
2012	Lei Nº 12.587/2012 - Política Nacional de Mobilidade Urbana	Brasil (2012)
2015	Lei N° 13.146/2015 - Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)	Brasil (2015)

Fonte: dados da pesquisa (2021).

A Declaração Universal dos Direitos Humanos foi proclamada pela Assembleia Geral da ONU em 1948. Nesse documento histórico, os países presentes assinaram o compromisso de ter como ideal comum a busca da promoção do respeito e os direitos à liberdade (ONU, 1948). O artigo 1 dessa declaração, diz que "todos seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos (ONU, 1948)".

Em 1975, a Assembleia Geral da ONU se debruçou mais a fundo nos direitos das pessoas com deficiência. A declaração dos direitos das pessoas com deficiência foi proclamada na assembleia e tinha como objetivo garantir que pessoas com deficiência "possam desenvolver suas habilidades nos mais variados campos de atividades (ONU, 1975)" e, dessa forma, promover a integração junto as outras pessoas.

O movimento internacional dos direitos das pessoas com deficiência incentivou a organização no Brasil. Tendo como data importante o 1º encontro nacional de entidades de pessoas com deficiência em 1980. Segundo Lanna Júnior (2010), as organizações de pessoas com deficiência, surgiram antes de 1970. Porém, a abrangência das mesmas dificilmente ultrapassava as barreiras do bairro ou município. O encontro de 1980, foi quem iniciou os debates em nível nacional e a organização do movimento dos direitos das pessoas com deficiência (LANNA JÚNIOR, 2010).

Essa organização gerou em 1982 a criação do Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência. A data escolhida foi 21 de setembro (LANNA JÚNIOR, 2010). Porém, ela só foi oficializada em 2005, pela Lei 11.133/2005.

No ano de 1985, tivemos a criação da NBR 9050 pela ABNT. Segundo o documento, o objetivo da publicação da NBR 9050 foi "propiciar às pessoas deficientes melhores e mais adequadas condições de acesso aos edifícios de uso público e às vias públicas urbanas (ABNT, 1985)". Desde então, essa norma já passou por diversas adequações, sendo a mais recente realizada em 2020.

A luta pelos seus direitos e a organização nacional do movimento das pessoas com deficiência, acarretou na publicação do Estatuto da Pessoa com Deficiência (BRASIL, 2015), que instituiu a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Essa lei foi estabelecida para garantir que pessoas com deficiência tenham igualdade de direitos humanos e as liberdades fundamentais (BRASIL, 2015). Além disso, definiu como padrão a utilização do termo "Pessoas com Deficiência (PCD)", descartando definições antigas (BRASIL, 2015).

2.2 Pesquisa bibliográfica: entendendo a acessibilidade e cadeirantes

Esse estudo buscou aportes teórico-científicos na literatura nacional e internacional para dar suporte à consecução dos objetivos elencados, para tanto, foi realizada uma pesquisa bibliográfica sobre o conteúdo. Para a coleta de dados foi definido um período de 5 anos de publicações, sendo assim 2014-2019. Os bancos de dados utilizados foram: NCBI PubMed, Google Acadêmico, Periódicos Capes e BVS (Biblioteca Virtual em Saúde) Brasil. Para a busca em português foi utilizado o termo "acessibilidade para cadeirantes", em inglês foi pesquisado "*access wheelchairs*".

As pesquisas nos bancos de dados foram realizadas em novembro de 2019, sendo identificadas 309 publicações que seguiram os seguintes critérios de inclusão e exclusão:

Quadro 3 – Critérios de inclusão e de exclusão da pesquisa bibliográfica

Critérios de inclusão	**Critérios de exclusão**
Texto completo disponível online.	Função social de uma determinada profissão.
Espaço urbano.	Acessibilidade e segurança contra incêndios.
Locais de livre acesso.	Tecnologias assistivas.
Acessibilidade para cadeirantes.	Propostas de metodologias para avaliação de acessibilidade.
Organizações públicas.	Mobiliário de abrigo (paradas de ônibus) para transportes públicos.
Organizações privadas.	Design de experiência para o transporte público.
Políticas públicas.	Idosos não-cadeirantes.
Artigo publicado em revista.	Estudo para aumento de capacidade de transporte coletivo.
Trabalho de conclusão de graduação.	Deficiência auditiva, visual, mental e cognitiva.
Trabalho de conclusão de especialização.	Projetos em desenvolvimento, projeto pedagógico, planos de negócios, planos de elaboração, planos de ações e propostas de melhorias, ampliação e reformas.
Dissertação de mestrado.	Estudos relacionados apenas a qualidade de vida ou uma determinada prática esportiva.
Tese de doutorado.	Estudos de inclinações de ruas e rampas sem levar em conta a acessibilidade para cadeirantes.
Trabalhos apresentados em eventos.	Áreas rurais.
	Alocação em salas de aula.
	Estudos relacionados ao processo de aprendizagem de PCD's.
	Sistemas de monitoramento.
	Potencialidades no espaço laboratorial.
	Análise de peças de teatro, blogs, novelas e vídeos amadores.
	Segurança pública.
	Acessibilidade para gestantes não-cadeirantes.
	Gestão de pessoas com deficiência.
	Acessibilidade para não-cadeirantes.
	Crianças hospitalizadas.
	Ciclo econômico do artesanato.
	Transporte não-motorizado (bicicletas).
	Realidade virtual.
	Direito de crianças e adolescentes.

Fonte: dados da pesquisa (2021).

Ao final, resultaram em 73 publicações que foram utilizadas para a pesquisa. Os dados desses trabalhos, constam nas tabelas abaixo. Os estudos foram separados pelo ano de publicação.

Quadro 4 - Trabalhos publicados em 2014.

Autores	País	Revista	Objetivo	Resultados
AGUIAR, Mayara Silva de.	Brasil	Trabalho de Conclusão de Curso do curso de Turismo e Hotelaria da Universidade Federal Fluminense.	Definir o que faz de um espaço um lugar hospitaleiro e, coube a presente pesquisa buscar essa resposta tendo por cenário o Centro Cultural Banco do Brasil – Rio de Janeiro.	Das duas entradas do CCBB, apenas uma, a da rua Presidente Vargas, disponibiliza rampa de acesso para deficientes físicos. Há dois banheiros para deficientes, um no térreo e outro no segundo andar, porém nos dias em que ocorreram as visitas, o banheiro do primeiro andar estava fechado. Ainda no térreo há um elevador de acesso ao restaurante que se encontra acima da livraria. A livraria possui portas largas que possibilitam a entrada de uma pessoa com cadeira de rodas, embora o espaço entre as prateleiras dentro dela seja menor, o que limita a capacidade de locomoção. Nas três salas de teatro e nas duas salas de cinema há box para cadeirantes. Há também elevadores que levam a qualquer um dos andares do CCBB.
ALMEIDA, Jobson Louis Santos de; NOBERTO, Jessica Carolina de Medeiros; FREIRE, Gustavo Henrique de Araujo.	Brasil	XVIII Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias	Apresenta uma abordagem reflexiva acerca da compreensão das bibliotecas universitárias como organizações aprendentes.	A biblioteca setorial possui um único piso (térreo), dispondo de acessibilidade para cadeirantes, com rampas de acesso e porta suficientemente larga. A biblioteca central possui um único piso (térreo), climatizado, dispondo de acessibilidade para cadeirantes, com rampas de acesso e portas suficientemente largas.
ANDRÉ, Daniel Auler.	Brasil	Monografia submetida ao curso de graduação em Engenharia Automotiva da Universidade de Brasília.	Propor um conjunto de modificações que vislumbrasse uma melhoria na qualidade de vida dos cadeirantes no uso do transporte urbano coletivo.	Os passageiros comuns não respeitam o cadeirante nem as suas necessidades especiais de espaço para acomodação e locomoção. Os motoristas são mal ducados e sem paciência com o cadeirante, não demonstram boa vontade em usar a tecnologia e em sua maioria, utiliza da força bruta para auxiliar o cadeirante a adentrar no veículo, literalmente carregando-o para dentro do ônibus.
BORTOLLI, Jaciane de Quadros de.	Brasil	TCC do curso de pós graduação em saúde da família da UFPEL.	Qualificar a atenção à saúde dos idosos.	Há acessibilidade para cadeirantes, com rampas de acesso e banheiro adaptado. Este, no entanto, está em desuso, necessitando de reparos e de manutenção.
CASSAPIAN, Marina Redekop; RECHIA, Simone.	Brasil	Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar	Refletir sobre a relação da acessibilidade de alguns espaços públicos de lazer de Curitiba com a garantia do direito ao lazer dos integrantes do grupo de cadeirantes A "União faz a Força"	Falta de acessibilidade encontrada nesses espaços e na mobilidade urbana de Curitiba reduzem a possibilidade de escolha do lazer e consequentemente restringem a garantia do direito ao lazer para os integrantes do grupo "A União faz a Força".
COSTA, Marisa Fernanda Leão da; SOUZA, Christianne Thatiana Ramos de.	Brasil	Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação	Investigar a acessibilidade na Universidade Federal do Pará considerando a experiência locomotora de uma aluna cadeirante desta instituição.	Os resultados obtidos indicaram várias adaptações nos espaços de circulação do campus adequadas às normas de acessibilidade. Ao mesmo tempo em que existem barreiras físicas e arquitetônicas dificultando e/ou impedindo a mobilidade de cadeirantes.
GOMES, Beatriz de Oliveira.	Brasil	TCC apresentado ao Curso de Turismo da Universidade Federal Fluminense.	Identificar quais eram os hostels considerados design na cidade do Rio de Janeiro.	Nenhum dos hostels visitados possui elevador. Somente no Contemporâneo a suíte adaptada se encontra no primeiro andar do prédio, dispensando o uso de elevadores ou escada. Nos demais hostels, os quartos estão localizados a partir do segundo andar, sendo o acesso somente por escadas, inviabilizando o uso para cadeirantes.
MARQUES, Ana Cardoso.	Brasil	Monografia de pós-graduação em	Verificar a qualidade no setor de atendimento.	A Unidade possui o acesso e o atendimento especial com rampa de acesso e banheiro adaptado além da prioridade

		Políticas de Segurança Pública e Direitos Humanos da Universidade Federal de Mato Grosso.		no atendimento, mas as vias públicas externas da cidade não são em sua totalidade acessíveis para a mobilidade das pessoas que portam necessidades especiais.
MIRON, Edison Martins; COSTA, Maria da Piedade Resende da.	Brasil	Pensar a Prática	Descrever a situação das barreiras físicas existentes em escolas estaduais de um município do Estado de São Paulo, com relação ao ambiente pedagógico destinado às aulas de Educação Física (EF).	Os resultados demonstraram que apenas 13% das escolas permitem que a Pessoa com Deficiência Física (PDF) se locomova em seu interior sem auxílio, sendo apenas três as que possuem rotas alternativas de acesso. E ainda, 90% das escolas não possuem condições físicas mínimas para oferecer à PDF um convívio adequação no contexto das aulas de EF.
REIS, Jorge Luiz dos Santos.	Brasil	Trabalho acadêmico apresentado à Faculdade de Medicina Departamento de Medicina Social da Universidade Federal de Pelotas.	Melhorar a qualidade do atendimento prestado aos hipertensos e diabéticos da unidade de saúde.	Há uma rampa na entrada da unidade que facilita o acesso de pessoas cadeirantes, portadores de deficiência visual e idosos, porém o banheiro não tem acessibilidade para cadeirantes.
TORKIA, Caryne; REID, Denise; KORNER-BITENSKY, Nicol; KAIRY, Dahlia; RUSHTON, Paula W; DEMERS, Louise; ARCHAMBAULT, Philippe S.	EUA	Disability and rehabilitation: assistive technology	Descrever a natureza e o contexto dos desafios de condução de cadeira de rodas elétricas na perspectiva dos cadeirantes.	Cadeirantes encontraram dificuldades acessar e usar edifícios públicos, mobilidade urbana, problemas na execução de tarefas/manobras específicas e barreiras e circunstâncias temporárias, imprevistas ou específicas para um contexto específico.
VASCONCELOS, Germana Silva do Santos.	Brasil	Monografia de Serviço Social da Faculdade Cearence (FAC),	Análise dos desafios no funcionamento dos Conselhos Tutelares da cidade de Fortaleza.	Na sede não tem acessibilidade para cadeirantes, nem tampouco apresenta estrutura mínima para atendimento ao público.

Fonte: dados da pesquisa (2021).

Quadro 5 – Trabalhos publicados em 2015

BERNARDINO, Maria Cleide Rodrigues; SUAIDEN, Emir José Suaiden; CUEVAS-CERVERÓ, Aurora.	Brasil – Estudo realizado na Espanha.	XVI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação.	Analisa o processo de gestão da imagem organizacional das bibliotecas públicas espanholas a partir das variáveis autoimagem (imagem que a organização tem de si mesma), imagem intencional (imagem que a instituição projeta para o público) e imagem funcional (estrutura tecnológica e comercial da instituição).	O destaque negativo vai para apenas uma das bibliotecas visitadas que não tinha acessibilidade para cadeirantes ou pessoas com necessidades especiais de locomoção ou visão.
CARDOSO, Edmilson Ferreira.	Brasil	Monografia do curso de Licenciatura em Música da UFRN.	Relatar e refletir sobre a experiência de ensino da improvisação em teclados percussivos desenvolvida com dois componentes do Grupo de Percussão da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.	A estrutura ainda inclui 06 banheiros grandes; acessibilidade para cadeirantes.
COSTA, André Justino dos Santos.	Brasil	Dissertação de mestrado em Educação Física da UFSC.	Analisar a estrutura física das áreas destinadas à Educação Física (EF) nas escolas da RME	O ginásio conta com banheiros com chuveiro, depósito de materiais, iluminação e acessibilidade para cadeirantes e deficientes

			Florianópolis, suas condições de manutenção, e as concepções de espaço e currículo de professores de Educação Física que atuam nos anos iniciais do Ensino Fundamental.	visuais (rampas e piso tátil, além de adaptações nos banheiros).
CRYTZER, Theresa Marie; Cooper, Rory; JEROME, Genevieve; KOONTZ, Alicia.	Inglaterra	Disability and rehabilitation: assistive technology	Descrever os resultados de grupos focais realizados durante o grupo de trabalho Independent Wheelchair Transfer (IWT).	As áreas que podem ser utilizadas de maneira independente são multifacetadas e vários fatores requerem consideração ao contemplar mudanças ambientais para melhorar a acessibilidade para cadeirantes.
FÉLIX, Amanda Bárbara.	Brasil	Monografia do curso de pós-graduação em Reabilitação Ambiental Sustentável Arquitetônica e Urbanística da Universidade de Brasília	Avaliar a acessibilidade, segundo os padrões estabelecidos pela ABNT NBR 9050:2015, do campus da Asa Norte do Centro Universitário de Brasília (UniCEUB).	O levantamento e a avaliação indicaram alguns problemas sérios que precisam de uma ação rápida da instituição, com o intuito de resolver ou pelo menos mitigar os transtornos gerados com os alunos, principalmente em relação aos acessos de entrada e à falta de banheiros, ambos nos blocos 4 e 7.
FOGANHOLI, Cláudia; GONÇALVES JR, Luiz.	Brasil	Licere	Compreender os processos educativos decorrentes da prática social lazer de pessoas com deficiências físicas ou visuais que frequentam clubes sócio-recreativos na cidade de São Carlos-SP.	Os processos educativos observados apontam o lazer como espaço de troca de experiências e afirmação da capacidade de fruição do mesmo pelo grupo, indicando situações de combate a posturas e atitudes preconceituosas, significativas para pensar o estabelecimento de políticas públicas de acessibilidade, incentivo e apoio para a fruição do lazer das pessoas com deficiências.
FROST, Karen L; BERTOCCI, Gina; STILLMAN, Michael D; SMALLEY, Craig; WILLIAMS, Steve.	EUA	Journal of rehabilitation research and development	Avaliar a conformidade da Lei dos Americanos com Deficiência em clínicas de saúde afiliadas a uma rede de saúde estadual.	Constatamos que a maioria dos banheiros (83%) e salas de exames (93%) não estavam em conformidade com um ou mais requisitos da ADA. Setenta por cento dos gerentes clínicos relataram não possuir uma mesa de exame de altura ajustável ou uma escala de peso acessível para cadeira de rodas.
LOMBARDI, Anna Paula; SAHR, Cicilian Luiza Löwen.	Brasil	Eleuthera	Avaliar se o programa de habitacao "Minha Casa Minha Vida" (MCMV), desenvolvido pelo governo federal brasileiro na atualidade, vem proporcionando a inclusao socioespacial de Pessoas com Deficiencia (PcD).	As casas adaptadas atendem a satisfação individual das PcD e suas famílias, todavia, a mudança para os novos conjuntos os obriga a deslocamentos de grande distância para terem acesso ao comercio, educação, saúde e lazer.
OLIVEIRA, José Ademario Alves de.	Brasil	Trabalho de Conclusão de Curso da Pós-Graduação em Educação em Direitos Humanos da Universidade Federal do Paraná	Fazer uma pesquisa no local para avaliar a situação e as possíveis soluções.	A escola pesquisada já possui na entrada até a porta acesso para cadeirantes e deficientes visuais, já no interior é muito insuficiente e precisa de reformas urgentes.
PEREZ, Marta Mirailis Hernandez	Brasil	Projeto de intervenção do curso de especialização em Saúde da Família da UFPEL/UNASUS	Melhorar os indicadores de saúde e a qualidade de vida dos usuários hipertensos e/ou diabéticos atendidos na Atenção Primaria de Saúde na Unidade Básica de Saúde Boa Passagem, localizada no município de Caicó/RN.	A Unidade possui rampas de acesso e portas largas que garantem acessibilidade para cadeirantes e deficientes físicos, mas ainda apresenta algumas barreiras arquitetônicas, sob as quais temos que trabalhar. Ela é adequada para o acesso de pessoas deficientes, mas não existem cadeiras de rodas à disposição dos mesmos.
RASHID-KANDVANI, Farnaz; NICOLAU, Belinda; BEDOS, Christophe.	EUA	American journal of public health	Investigar as perspectivas das pessoas que usam cadeira de rodas e suas dificuldades no acesso aos serviços odontológicos.	Foram identificados desafios sucessivos no acesso aos serviços odontológicos, tais como: encontrar um dentista e ser aceito, transporte, acessibilidade na clínica, interação com a equipe odontológica, transferência pra a

				cadeira odontológica, desconforto na cadeira odontológica e o pagamento pelos tratamentos.
SILVA, Ákla Patrícia Belarmino da.	Brasil	Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Medicina Social da Universidade Federal de Pelotas.	Aumentar o rastreio para o câncer de colo de útero e mama em mulheres do município de Beneditinos, Piauí.	Podemos perceber algumas limitações na unidade de trabalho, sobretudo a falta de acessibilidade para cadeirantes, como falta de rampas e corrimãos em alguns ambientes.
Silva, Ana Patrícia Monteiro.	Brasil	TCC do curso de especialização em Saúde da Família da UFPEL.	Melhorar o atendimento aos usuários com hipertensão e/ou diabetes.	Não há sala de espera adequada para os usuários aguardarem o atendimento e faltam salas para outras atividades, como expurgo, esterilização, vacina e farmácia, bem como itens de acessibilidade para cadeirantes.
SILVA, Mychael André Crescencia.	Brasil	Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de Graduação em Turismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.	Avaliar a qualidade dos serviços e a estrutura do Centro de Turismo (Natal-RN).	O Centro de Turismo ainda não dispõe de uma acessibilidade adequada a realidade, falta algumas melhorias na distribuição e adequação de rampas de acesso. Além disso, parte do Centro de Turismo (1° andar), não permite que cadeirantes cheguem ao próximo nível, pois não há rampas ou elevadores no local.
WIART, L; DARRAH, J; KELLY, M; LEGG, D.	Inglaterra	Physical e occupational therapy in pediatrics	Determinar se os programas comunitários de condicionamento físico estavam acomodando crianças e jovens com deficiências motoras e entender as perspectivas da família sobre resultados importantes relacionados aos programas de condicionamento físico.	24,6% dos programas relataram falta de acessibilidade para cadeiras de rodas. Apenas 9,8% dos programas e instalações exigiam que seus funcionários tivessem treinamento para apoiar pessoas com deficiência.

Fonte: dados da pesquisa (2021).

Quadro 6 - Trabalhos publicados em 2016.

ALCÂNTARA, Brunelle Albers de; BATISTA, Gustavo Eduardo de Oliveira; CLARO, Lucas Luan; MARCONDES, Matheus Macy; SOBRAL JR, Rene Jeremias; MUNIZ, Mario Sergio de Almeida.	Brasil	Revista Ampla de Gestão Empresarial	Entender quais os efeitos do marketing sensorial aplicado em uma loja de comércio de vestuário, e se este pode obter resultados positivos se aplicado de forma sutil e em curto prazo.	O ambiente da loja foi pensado de forma com que fosse possível atender a todos, como a acessibilidade para cadeirantes, e o atendimento personalizado ao público em geral.
BORTOLAIA, Bianca de Freitas Santos.	Brasil	Monografia do curso de Arquitetura do Centro Universitário Toledo	Apontar uma proposta de ser feita uma requalificação na biblioteca, de forma que ela atenda a todas as pessoas e todas as suas necessidades adequadamente.	Há falta de acessibilidade para cadeirantes e pessoas com deficiência por conta do terreno da biblioteca ter um grande desnível e por ter mais de um pavimento. Para a questão da acessibilidade é importante para que idosos, crianças e pessoas com deficiência física, possam ter acesso ao acervo e todos os espaços de interação, já que o acesso somente se da através de escadas, sendo assim necessário o uso de rampas, plataformas elevatórias e elevadores para solução do acesso.
BRITO, Janaina Moreira de; SILVA, Aldeni Barbosa da.	Brasil	II CINTEDI – Congresso Internacional de Educação Inclusiva	Avaliar as condições de acessibilidade de uma escola estadual da zona urbana do município de Remígio, estado da Paraíba.	Foi constatado que a escola precisa melhorar em diversos aspectos suas condições de acessibilidade, tais como: entradas principais, rampas, quadra de esportes, estacionamento com reserva de vagas, sanitários, portas das salas de aula, janelas, bebedouro e biblioteca,

				pois as edificações antigas apresentam inúmeros obstáculos arquitetônicos que dificultam a acessibilidade de Pessoas em Cadeira de Rodas.
CALIXTO, Javier Edison Llanes.	Brasil	Monografia do curso de Ciências Sociais da UFRGS.	Trazer as vozes desses imigrantes para conhecer como se relacionam com o Estado no momento de obter serviços que, a priori, demandariam a existência do documento como mediador e como se (re)estabelecem as redes de solidariedade nas comunidades em que moram.	A cadeira de rodas que Pedro passou a usar assim que saiu do hospital era bastante precária e deslocar-se nela era uma dificuldade não apenas em sua comunidade, nas ruas esburacadas de chão batido. Em algumas calçadas de Porto Alegre, assim como em algumas repartições públicas, a circulação é impossível. Ingresso em prédios públicos sem acessibilidade para cadeirantes, ausência de vagas para estacionar próximo às entradas, estacionamentos nos quais não é possível transitar com cadeira de rodas.
COSTA, Rodrigo de Oliveira; SILVA, Osni Oliveira Noberto da.	Brasil	Revista Inclusiones	Analisar as políticas públicas de inclusão de pessoas com deficiência na cidade de Capim Grosso/BA entre os anos de 1985 a 2015.	É grande a carência para inclusão no município, com pouco executado durante 30 anos de emancipação política, sendo encontrados apenas pequenos avanços, assim como a dificuldade de encontrar documentos mais antigos para a análise. Mas notamos que nos últimos anos a mobilização dos poderes do município tem aumentado na área estudada.
FREITAS, Carmeci Maria de Lourdes.	Brasil	Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade Novos Horizontes.	Descrever e analisar como se configura o processo de inclusão no trabalho de pessoas com deficiência em uma instituição de ensino superior privada da cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais.	O processo de inclusão do deficiente na instituição objeto de estudo é impulsionado, basicamente, pela Lei de Cotas. Tais achados permitem que sejam questionados os discursos inclusivistas dos gestores e revelam a importância da ação do governo como mediador de comportamentos socialmente responsáveis no âmbito empresarial.
LEANDRO, Marina Libânio Pereira.	Brasil	Trabalho de Conclusão de Curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário do Sul de Minas	Verificar a acessibilidade oferecida no campus cidade universitária – Unis/MG.	Diante dos resultados obtidos, conclui-se que o campus analisado não permite totalmente a livre circulação de deficientes aos ambientes necessários para o seu aprendizado sem estar assistido por outras pessoas, pois muitas barreiras ainda persistem no seu caminho.
MACEDO, Suzana Rodrigues; ROCHA, Carlos André de Sousa.	Brasil	Navus	Realizar uma análise preliminar em relação à acessibilidade para pessoas com deficiência nos meios de hospedagens de Santa Catarina.	A pesquisa mostra que é pequena a parcela de unidades habitacionais com algum tipo de adaptação para acessibilidade, demonstrando uma necessidade de adequação por parte dos meios de hospedagens em Santa catarina, para atender a esta demanda.
MARTINS, Kaisy Pereira; COSTA, Tatiana Ferreira; MEDEIROS, Thayris Mariano de; FERNANDES, Maria das Graças Melo; FRANÇA, Inácia Sátiro Xavier de; COSTA, Kátia Nêyla de Freitas Macêdo.	Brasil	Ciência e Saúde Coletiva	Avaliar a estrutura interna de Unidades de Saúde da Família em relação ao acesso de pessoas com deficiência física e/ou sensorial.	Dos 90 prédios avaliados, apenas 47,8% possuem rampa de acesso, destas 30,0% possuem inclinação máxima e 32,2% têm piso antiderrapante. Em 28,9%, o acesso acontece por escadaria sem corrimão e em 6,7% por escadaria com corrimão, sendo 6,7% com piso antiderrapante. E apenas 17,8% das portas corrediças apresentam trilhos rebaixados.
MENDES, Denise Lima de Araújo.	Brasil	Monografia do curso de Licenciatura em Educação Física da Universidade do Estado de Bahia.	Analisar as Políticas Públicas de Esporte e Lazer no município de Quixabeira-Bahia entre o período de 1989 (emancipação da cidade) a 2016.	Os espaços e Políticas Públicas que vem sendo efetivadas no município em favor do Esporte e do Lazer têm deixado as pessoas com deficiência numa situação de exclusão, pois essas ações e espaços existentes não garantem acessibilidade e oportunidades dessas pessoas desenvolverem as atividades propostas.

MOTA, Dambergh da; COELHO, Susana Dantas.	Brasil	Revista Eletrônica Gestão e Serviços	Investigar quais os diferenciais oferecidos para os eventos sociais pelo Gran Marquise Hotel, Fortaleza-CE.	A reforma mais recente foi para o acréscimo dos banheiros de acessibilidade para cadeirantes em cada pavilhão de salões.
PUPO, Ernesto Ruiz.	Brasil	TCC do curso de especialização em Saúde da Família da UFPEL.	Ampliação da faixa etária atendida, de 0-24 meses, para 0-72 meses, de acordo com o preconizado pelas bases diretrizes do SUS.	A estrutura da UBS conta com uma recepção, dois consultórios médicos, um consultório ginecológico, dois consultórios odontológicos, uma sala de curativos, uma sala para acolhimento, uma sala de vacina, uma sala de reunião, uma cozinha, almoxarifado, um banheiro para funcionários e dois para usuários, todos com acessibilidade para cadeirantes.
ROCHA, Elaine Cristina Osorio; TEIXEIRA, Ariely Mayara de Albuquerque; LIRA, Marianny Monteiro Pereira de; CANDEIAS, Ana L. B; SÁ, Lucilene Antunes Correia Marques de.	Brasil	Revista Brasileira de Geomática	Identificar e avaliar a qualidade dos acessos específicos para mobilidade e acessibilidade de cadeirantes nos setores de atendimento à saúde para o público interno e externo da UFPE utilizando imagens de alta resolução disponíveis no Google Earth Pro comparando com a legislação específica.	Pela distribuição espacial usando imagens de sensoriamento remoto associados com os dados de campo, pode-se perceber que há número considerável de acessos destinados a mobilidade de pessoas em cadeiras de rodas na UFPE mas que necessitam de melhorias das condições físicas das calçadas, rampas, calçadas rebaixadas e sinalização indicativa.
SANTANA, Leila Lima de Souza.	Brasil	Dissertação de mestrado em Educação da Universidade Federal do Matro Grosso do Sul.	Analisar a Divisão de Acessibilidade e Ações afirmativas (DIAF) enquanto uma estratégia para garantir o acesso e permanência de estudantes de graduação à Educação Superior na UFMS.	Concluímos que a DIAF é um instrumento que colabora com a UFMS para efetivar o atendimento das pessoas com deficiência, buscando atender as exigências estabelecidas na legislação nacional.
SILVA, Aldeni Barbosa da; BRITO, Janaina Moreira de.	Brasil	II CINTEDI – Congresso Internacional de Educação Inclusiva.	Avaliar a percepção dos gestores sobre acessibilidade das escolas municipais do município de Algodão de Jandaíra, no estado da Paraíba.	Observou-se a total e/ou parcial falta de conhecimento dos gestores responsáveis pelas escolas, com relação a acessibilidade para Pessoas em Cadeira de Rodas. Os padrões arquitetônicos das escolas avaliadas estão em desacordo, quanto a acessibilidade para Pessoas em Cadeira de Rodas, com a ABNT NBR 9050/2015. Dever-se-iam haver cursos que promovessem uma formação inclusiva para os gestores, e que os projetos de construção de todos os estabelecimentos escolares fossem de fato realizados dentro dos parâmetros acessíveis, para se evitar transtornos, modificações posteriores e gastos adicionais.
UTZIG, Elisa Escosteguy; LEITE, Bruno Löff Ferreira; SILVA, Luís Gustavo da; LEAL, Vanessa Geremias.	Brasil	ARQUISUR 2016 – Prêmio Extensión	Conquistar melhorias no espaço físico através de um processo participativo - no qual estão envolvidos moradores, estudantes e outros agentes externos de diversas áreas de atuação – que incentiva a organização da comunidade, valorizando sua autonomia.	Após mais de dois anos de processo participativo, além de ganhos muito significativos em relação à infraestrutura urbana - melhorias nas redes de esgoto, elétrica e de coleta de lixo; implantação de corrimãos, escadaria e rampa de acessibilidade para cadeirantes -, conclui-se que os principais méritos do projeto estão relacionados ao avanço no senso de coletividade, organização e participação popular, que só foram possíveis através da autogestão dos espaços públicos comunitários numa escala microlocal.

Quadro 7 - Trabalhos publicados em 2017.

ALAGAPPAN, Valliappan; HEFFERAN, Albert; PARIVALLAL, Aarthi.	Índia	Disability and rehabilitation: assistive technology	Entender as questões relacionadas à acessibilidade existentes e a implementação de diretrizes e padrões para edifícios públicos.	As descobertas destacam as barreiras ambientais encontradas por pessoas com mobilidade reduzida e representadas graficamente no plano de layout e no esforço físico necessário para superar os desafios no ambiente construído.
ARAÚJO JR, Adjar Delfino de; ALVARENGA, Fabiano Alves; OLIVEIRA, Luciano Pio de; ROSA, Maxwel Maciel; ALENCAR, Rodrigo Marques.	Brasil	II Jornada Interdisciplinar – Campus Ceres	Buscar soluções para a acessibilidade integral no Estádio Centro Olímpico de Ceres, deixando 4% das cadeiras reservadas aos deficientes, de acordo com o decreto 5.296.	Logo na entrada há falta de vagas específicas para portadores de necessidades especiais, para estacionar é necessário parar próximo ao acesso do estádio. Ao chegar na bilheteria os cadeirantes encontra dificuldade para comprar seu ingresso devido a bilheteria estar em uma altura imprópria. No interior, as arquibancadas não possuem nenhum local especifico para os cadeirantes.
BARROS, Taís Helena Medeiros de.	Brasil	Trabalho de Conclusão de Educação Física – Bacharelado da UFSC.	Avaliar a acessibilidade arquitetônica das academias nos arredores do campus Trindade da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), com base nas normas 9050 da ABNT.	Conclui-se que a maioria das academias avaliadas, mais precisamente seis (6), não são acessíveis apresentando níveis de barreiras moderadas e graves.
COSTA, Êndel Raul Pachêco da.	Brasil	Trabalho de conclusão de curso de Turismo da UFRN.	Analisar os resultados do projeto de inventariação turística no Polo Seridó.	A Feira Livre de Lagoa Nova é um dos atrativos culturais mais visitados por representar a cultura da população e o comércio lagoanovense. Funciona de segunda a sábado e no espaço acontecem os maiores eventos da cidade como, a Emancipação Política, Festa do Agricultor e Festa do padroeiro São Francisco de Assis. O atrativo possui acessibilidade para cadeirantes e um bom estado de conservação.
COUTO, Doris Rosangela Freitas do.	Brasil	Trabalho de conclusão de curso de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.	Identificar em que medida a experiência auxilia na construção ou reconstrução do olhar sobre as questões da deficiência, dos direitos culturais da pessoa com deficiência e o patrimônio edificado a partir da fala dos visitantes.	Conclui que o planejamento de uma exposição deve levar em conta as possibilidades de experiência que todos os visitantes terão de modo a incidir positivamente para mudanças atitudinais. Formula-se a partir do estudo o conceito de exposição acessibilizada.
DOLBOW, Dr; FIGONI, Sf.	EUA	Spinal cord	Determinar o nível de conformidade com a Lei dos Americanos com deficiência e o grau de acomodação de indivíduos dependentes de cadeira de rodas em academias comunitárias.	Todas as instalações pesquisadas foram consideradas parcialmente compatíveis, nenhuma delas sendo 100% compatível. As áreas de menor conformidade foram acesso e livre circulação em torno de equipamentos de ginástica e acesso total a banheiros. Além da acessibilidade da ADA, apenas 20% das instalações participantes forneciam equipamento adaptável adequado, e nenhuma instalação empregava pessoal treinado para as necessidades especiais daqueles com condições paralíticas.
KLUSENER, Sabrina Raskopf.	Brasil	Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Educação Especial Noturno - Licenciatura Plena – da UFSM.	Investigar o processo de inclusão de alunos cadeirantes, do ponto de vista da acessibilidade arquitetônica, em escolas públicas do Município de Santa Maria-RS.	Os dados coletados foram analisados a partir do cotidiano escolar dos alunos que utilizam cadeira de rodas, mostra-se que os sujeitos estão insatisfeitos com os espaços públicos.
LEME, Renata Salgado; FONTES, Samira da Costa.	Brasil	Revista Jurídica da UNI7	Percorrer as fases históricas, chegar ao atual modelo de inclusão social, demonstrando a evolução conquistada pelo Brasil com a edição da nova Lei de	A inclusão de pessoas com deficiência vem sendo introduzida no Brasil há pouco tempo. Nossa história é marcada pela exclusão, num período que se considerava a pessoa com deficiência como inválida e inútil para a sociedade. Todos nós somos responsáveis por

			Inclusão das Pessoas com Deficiência, também chamada de Estatuto das Pessoas com Deficiência (Lei nº 13.146/2015).	um trabalho que efetive a inclusão social das pessoas com deficiência, ajudando-as a resgatar a sua autoconfiança e a vontade de vencer, permitindo e estimulando que elas participem de todas as políticas públicas a elas dirigidas, e que possam exercer todos os seus direitos fundamentais sem barreiras intransponíveis e em igualdade de condições em relação a todos os outros membros da sociedade.
LOURENÇO, Claudemir Santos; MENDONÇA, Ana Cláudia Sousa; REIS, Anderson de Araujo.	Brasil	10º Enfope e 11º Fopie	Identificar as dificuldades relacionadas à acessibilidade, em parques de Aracaju, no que diz respeito ao lazer de usuários de cadeira de rodas/cadeirantes.	No que tange a acessibilidade do Parque Augusto Franco/Parque da Sementeira, notou-se um descaso em ambientes que passaram por pequenas reformas, não atendendo aos direitos de todos; há acessibilidade em pequenos espaços, todavia não permite a locomoção contínua sem auxílio, de quem precisa se utilizar de cadeira de rodas para desfrutar do lazer oferecido. Em se tratando do Parque José Rollemberg Leite/Parque da Cidade através dos dados colhidos na pesquisa de campo com o registro das fotografias, foi constatado que mesmo depois de reformas, pouco se fez para contemplar os direitos garantidos por lei aos cadeirantes, de ter acesso aos espaços públicos e de lazer, sem barreiras que impeçam a sua autonomia e independência.
MENENGUCI, Lilian.	Brasil	Revista Científica Doctum: Direito	Discutir, a partir de agentes culturais, as tarefas e os desafios enfrentados cotidianamente por eles no que se refere às políticas e práticas inclusivas.	Os resultados apontam para a necessidade de ampliação do diálogo a respeito do tema tanto quanto destaca a exigência de processos formativos na perspectiva da cultura como direito de todos.
MERECCI, Andréa Mary da Silva.	Brasil	Trabalho de Conclusão de Curso do Tecnólogo em Hotelaria da Universidade Federal Fluminense.	Verificar a existência da prática de acessibilidade no Centro Cultural Solar do Jambeiro, para pessoas com dificuldade de locomoção, e em especial, aos cadeirantes.	Com a análise das entrevistas informais e a observação direta, percebeu-se que, o Solar não é um espaço acessível aos cadeirantes. Apenas seu jardim pode ser acessado por um condutor de cadeiras de rodas. Conclui-se então, que apesar de ser um centro cultural, voltado a todos os tipos de público, não há por parte da Prefeitura de Niterói, gestora do Solar, interesse em adaptar o local para que pessoas com dificuldade de locomoção e cadeirantes possam utilizar a edificação com autonomia, igualdade e dignidade.
NUNES, Rosilene Batista; RODRIGUES, Eubia Andréa.	Brasil	Revista Perspectiva Geográfica	Compreender os elementos que interferem na mobilidade e acessibilidade humana nas calçadas públicas.	As calçadas são usadas para exposição de roupas, estacionamento de motos, como base para o comércio ambulante, além de outras utilidades. Todos esses fatores servem de obstáculos, impedindo o direito de ir e vir de cada cidadão, assegurados pela Constituição Federal. E o poder público se isenta de promover a acessibilidade e mobilidade urbana, não havendo fiscalização e nem projetos que busquem melhorias para esta situação que expressa o caos.
ROCKENBACH, Cleoci Werle.	Brasil	Dissertação de mestrado de Desenvolvimento e Políticas Públicas da UFFS.	Analisar as ações desenvolvidas nos Centros de Referência em Assistência Social (CRAS) e a sua contribuição para a formação de indivíduos autônomos e protagonistas de suas vidas, e fomento ao desenvolvimento pessoal dos usuários do Sistema	O CRAS 1 está dotado de acessibilidade para pessoas com mobilidade reduzida. Quanto a acessibilidade o CRAS 2 possui rampas de acesso ao andar térreo. O acesso ao 2º piso, onde há salas para atendimento grupal do SCFV e sala de atendimento individual, é feito pela escada, não havendo, portanto, condições de acessibilidade para cadeirantes. O prédio também não possui banheiro adaptado para pessoas com deficiência.

			Único de Assistência Social (SUAS)	
RODRIGUES, Eniziê Paiva Weyne; SANTOS, Letícia Adriana Pires Ferreira dos; TERCEIRO, Roberta Cristiana Barbosa; TERCEIRO, Rosana Cátia Barbosa.	Brasil	Essentia	Propor medidas para o Atendimento Educacional Especializado que está inserido na Educação Especial e é um apoio para as escolas inclusivas.	No universo das escolas estaduais do Ceará, têm-se escolas com rampas de acessibilidade, porém as escolas em prédios antigos não as possuem.
SANTOS, Rayane Soares de Sousa.	Brasil	Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Biblioteconomia do Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal da Paraíba.	Avaliar as condições estruturais de acessibilidade para usuários em cadeiras de rodas na Biblioteca Central da Universidade Federal da Paraíba.	Os resultados permitiram concluir que, apesar da Biblioteca Central da UFPB possuir condições de acessibilidade aos usuários cadeirantes, estas condições não seguem completamente às normas de acessibilidade vigentes, como a NBR 9050:2015.
SANTOS, Romário Silva; ZOBOLI, Fabio; RODRIGUES, Cae; FELISBERTO, Sara Bomfim.	Brasil	Licere	Analisar as estruturas físicas do Estádio Governador Lourival Baptista da cidade de Aracaju/SE com o intuito de verificar a acessibilidade arquitetônica - nos quesitos segurança e autonomia - para a recepção do público cadeirante nos eventos que ocorrem neste equipamento específico de lazer.	Constatou-se que as áreas internas do estádio oferecem acessibilidade para os cadeirantes conforme as normas da ABNT 9050. No entanto, algumas estruturas das áreas externas do estádio não suprem com as necessidades que os deficientes buscam para poder se deslocar com autonomia e segurança.
SCHWABE, Camila Gabriela; DUARTE, Evely Mendes; SANTOS, Jéssica Bassani dos; BERTELLI, Vanessa Bertelli; DANIELSKI, Marcelo.	Brasil	Revista Maiêutica	Analisar a acessibilidade do Museu da Água, que se localiza na cidade de Blumenau, no bairro Boa Vista.	Verificamos que o edifício, ao todo, não possui acessibilidade por não conter rampas de acesso e espaçamentos suficientes para circulação de um cadeirante. Consequentemente, a falta de acessibilidade em espaços públicos impõe limites à execução de tarefas aos cadeirantes, não fornecendo condições para utilização dos espaços, mobiliários e equipamentos com segurança e autonomia.
SOARES, Vera Mônica Araújo.	Brasil	Dissertação de Pós-Graduação em Geografia da UFRR	Gerar conhecimentos para a reflexão das práticas relativas ao problema habitacional em Boa Vista.	32 residências foram construídas com acessibilidade para cadeirantes. As portas são mais largas na entrada e no banheiro e as casas possuem rampa de acesso.
STILLMAN, Michael D; BERTOCCI, Gina; SMALLEY, Craig; WILLIAMS, Steve; FROST, Karen L.	EUA	Disability and Health Journal	Descrever a utilização de serviços de saúde entre cadeirantes e caracterizar as barreiras encontradas ao tentar obter acesso aos serviços de saúde.	Os usuários de cadeira de rodas enfrentam barreiras persistentes ao atendimento, podem receber menos avaliações físicas completas, receber menos exames para o câncer do colo do útero e acreditam que recebem atendimento incompleto.
TESSIMA, Rose Mari.	Brasil	Dissertação de mestrado da Pós-Graduação Stricto Sensu em Gestão do Conhecimento e Tecnologia da Informação da Universidade Católica de Brasília.	Identificar como a Pessoa com Deficiência percebe sua relação com o banco em que é cliente e os produtos e serviços a ele ofertados.	Foi apurado junto aos entrevistados que eles vêm sua relação com os bancos e produtos bancários como “normal”, não caracterizando como bom nem como ruim, mas bem parecido com o que qualquer cidadão comum recebe dos bancos, que muitas de suas observações são comuns aos demais clientes.
WILLIAMS, Emma; HURWITZ, Elizabeth; OBAGA, Immaculate; ONGUTI, Brenda; RIVERA, Adovich;	Quênia e Filipinas	BMC international health and human rights	Descrever a experiência de cadeirantes ao receber cadeira de rodas e treinamento com elas no uso em áreas urbanas e Peri	Os cadeirantes frequentemente descreviam experiências passadas com cadeiras de rodas inadequadas e pouco treinamento formal para usá-las maneira eficaz.

SY, Tyrone Reden L; KIRBY, R Lee; NOON, Jamie; TANUKU, Deepti; GICHANGI, Anthony; BAZANT, Eva.			urbanas do Quênia e Filipinas.	

Fonte: dados da pesquisa (2021).

Quadro 8 – Trabalhos publicados em 2018.

AMORIM, Érico Gurgel; OLIVIA, Rafaela Liberali; MEDEIROS NETO, Morais.	Brasil	Holos	Descrever e analisar os fatores facilitadores e dificultadores para a atenção integral à saúde da pessoa com deficiência na atenção primária no Brasil, no período de 2006 a 2016.	A análise permitiu verificar que apesar de alguns avanços conquistados na garantia da saúde à pessoa com deficiência, ainda são escassas as ações de seu cuidado e reabilitação na atenção primária. Além disso, as práticas profissionais ainda carecem de qualificação e capacitação para o cuidado integral pretendido e a falta de acessibilidade física e atitudinal nas unidades básicas de saúde perpetuam um ciclo de iniquidades historicamente construído.
CAMARGO, Paloma Enes de.	Brasil	Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Engenharia Civil do UNIFOR-MG.	Este trabalho aborda a falta de acessibilidade, encontradas por pessoas deficientes ou com mobilidade reduzida, em acessar os edifícios escolares, na cidade de Campo Belo, no estado de Minas Gerais.	Algumas reformas já começaram a ser realizadas nos edifícios escolares visitados, principalmente construções de rampas de acessos para cadeirantes, porém ainda encontra - se várias situações em que o ambiente se torna inacessível para pessoas portadoras de necessidades especiais, principalmente levando em consideração que a maioria dos alunos encontrados nesses locais possui deficiências sensoriais e intelectuais e não apenas físicas.
DUTRA, Renata Dias.	Brasil	Dissertação de mestrado em Geografia da Universidade Federal de Goiás	Analisar a acessibilidade e mobilidade dos espaços públicos localizados no centro histórico da cidade de Goiás - GO, em relação ao uso dos espaços e lugares pela pessoa com deficiência física.	As barreiras que o centro histórico gera vão além da dificuldade de acesso ocasionada por limites físicos em decorrência da complexidade transitável em seus espaços, mas da geração de barreiras atitudinais e constrangimentos diversos que afetam e os faz tentar evitar determinados percursos e não poderem desfrutar de festas tradicionais, até mesmo de cunho religioso entre outras.
MACIEL, Paulo Victor Teixeira.	Brasil	Trabalho de Conclusão de Curso apresentada ao curso de Engenharia de Produção Mecânica da Universidade Federal do Ceará	Analisar um restaurante universitário sob o ponto de vista da ergonomia e da acessibilidade fazendo uso da metodologia da Análise Ergonômica do Trabalho (AET) e da legislação brasileira pertinente.	Rampa de acesso ao refeitório com inclinação de 10,94%. O balcão de atendimento tem altura inapropriada. As calçadas que dão acesso estão inacabadas. O balcão onde ficam as bandejas de comida são muito altas. Lixeiras com acionamento através de pedal.
MARTINS, Aline Kelly.	Brasil	TCC do curso de Geografia, da UFPB.	Analisar o comércio de rua, por meio da atividade de camelôs e ambulantes, no interior e nas calçadas das imediações dos shoppings populares Centro Comercial de Passagem (CCP) e Centro de Comércio e Serviços do Varadouro (CCSV), instalados na área central de João Pessoa.	Por falta de conhecimento, Márcia Medeiros (presidente da Associação) comentou que alguns trabalhadores de rua acabam obstruindo rampas de acessibilidade para cadeirantes, sem saber que aquela ação infringe normas.
SAAD FILHO, Aly Mohamed; LIMA NETO, Aluísio Pereira de; MORAIS NETO,	Brasil	Congresso Técnico Científico da Engenharia e da Agronomia	Avaliar as condições das vias urbanas nas proximidades do Manauara Shopping da cidade de Manaus-AM no que tange à	Os resultados demonstraram que a maioria dos parâmetros medidos in loco estão fora dos limites normatizados. Concluiu-se que as calçadas da Avenida Mário Ypiranga não são adequadas para o tráfego de cadeirantes.

Francisco da Cunha; ROCHA, Jean Carlo Ramalho da; FALCÃO, Jonas Pereira.			acessibilidade de cadeirantes.	
SENA, Michel Canuto de; BASTOS, Paulo Roberto Haidamus de Oliveira; MARQUES, Heitor Romero; SILVA, Graciele.	Brasil	Multitemas	Propõe reflexão sobre o direito à educação e inclusão da pessoa com deficiência.	A legislação brasileira garante, de forma ampla, o direito das pessoas com deficiência, através de mecanismos que garantem a educação para todas as crianças e adolescentes, independentemente de suas características pessoais.
VIEIRA, Paulo Afonso.	Brasil	Dissertação de Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública, da Faculdade de Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora.	Propor ações pedagógicas no sentido de realizar intervenções possíveis e necessárias para as dificuldades levantadas, valorizando e aperfeiçoando as práticas positivas já existentes.	A unidade escolar em foco foi a primeira a organizar uma Sala de Recursos Multifuncionais em Lima Duarte/MG, a unidade possui, em 2018, oito professores de apoio e uma intérprete de libras; há acessibilidade para cadeirantes em todas as dependências.

Fonte: dados da pesquisa (2021).

Quadro 9 – Trabalhos publicados em 2019.

CONCEIÇÃO, Maria Carma da Silva da.	Brasil	Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Museologia da Universidade Federal de Sergipe.	Apresentar como a ausência de manutenção em edifícios que a abrigam instituições museológicas podem influenciar na conservação dos objetos, a partir da análise de problemas externos e internos.	A acessibilidade é inexistente, pois não se avista rampa acessível a cadeirantes nem na frente nem na lateral.
FREITAS, Felipe Miranda Almeida.	Brasil	Artigo científico apresentado ao curso de Engenharia Civil da Faculdade Aldete Maria Alves.	Avaliar se normas de desenvolvimento propõem devidas modificações e adequação necessária para mobilização, acessibilidade e usabilidade dos cadeirantes nos espaços urbanos.	É comum observar que em espaços urbanos normalmente existem diversos obstáculos quanto à mobilidade seja por degrau, rampas inclinadas demais, mobiliário urbano mal distribuído, veículos estacionados em lugar para circulação de pedestres.
REINALDO, Bruno Alves; SILVA, Regina Claudia Porfirio da; SILVA; Cristina Herculana do Nascimento; DUARTE, Andréa Ellen da Ponte.	Brasil	VI CONEDU – Congresso Nacional de Educação	Como a acessibilidade se dá dentro do espaço da Universidade, focando a pesquisa no espaço da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA).	Tendo em vista as inúmeras dificuldades de mobilidade que as pessoas cadeirantes têm diariamente, percebemos que esse fator se torna uma condição limitante na permanência destes em sua vida acadêmica, ocorrendo na maioria dos casos a evasão do ambiente universitário.
SCHMITZ, Anelise; SILVEIRA, Jéssica da.	Brasil	Brazilian Journal of Development	Analisar as condições de circulação do Campus da Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, localizada no Rio Grande do Sul.	As condições de acessibilidade e mobilidade do campus da UNISC atendem parcialmente às P.C.R., visto que estes conseguem acessar, na maioria das vezes, os locais desejados. Em contrapartida, grande parte do campus que foi analisada com os passeios acompanhados e medições, demonstra que a maioria dos indicadores de acessibilidade que compõe a infraestrutura de circulação do Campus não está de acordo com as exigências requeridas pela ABNT NBR 9050.
TOMASZEWSKI, Anneliese Noemy.	EUA	Monografia da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da UFRGS.	Analisar a construção do atendimento de qualidade na Disney.	Buscando tornar o ambiente dos parques mais inclusivo, o WDW conta com alguns serviços de acessibilidade como: aluguel de cadeira de rodas e carrinhos, áreas de descanso, banheiros

				com acompanhante e guias úteis para visitantes com necessidades especiais; as atrações do Walt Disney World oferecem opções aos visitantes com mobilidade reduzida, dependendo da atração/brinquedo.

Fonte: dados da pesquisa (2021).

Para auxiliar na codificação e categorização dos dados, foi utilizado o software QDA MINER LITE v.2.0.6., que trata-se de um software gratuito de análise de dados qualitativos da empresa *Provalis Research*.

As categorias que se destacaram após a categorização foram:

- Acessibilidade em organizações privadas e públicas, que foram subdivididas em: acessíveis, parcialmente acessíveis e não acessíveis;
- Tipo de organizações públicas, que foi subdividida em: espaços de arte, estádios/ginásios/quadras, universidades, escolas, bibliotecas, equipamentos urbanos, feiras, restaurantes universitários, centros de turismo, ESF/UBS, conselhos tutelares e delegacias;
- Dificuldades de acessibilidade, que foi subdividida em: calçadas, rampas de acesso, falta de elevador ou fora de uso, escadas, banheiros sem adaptações, catracas sem adaptações, circulação em ambientes fechados (corredores/portas), pontos de ônibus, carteiras escolares/universitárias, balcões, distância entre pontos de interesse, equipamentos de saúde, transporte coletivo, bebedouros e falta de informação sobre locais de acesso;
- Gestor de organização pública, que foi subdividida em: autorização do Governo, interesse em receber todos públicos, falta de conhecimento, falta de projetos de acessibilidade e reconhecimento de melhorias necessárias.

2.3.1 Resultados e discussão sobre a revisão de literatura

Após a codificação dos dados coletados foi possível enumerar a quantidade de citações que cada categoria teve, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Quadro 10 – Acessibilidade em organizações privadas e públicas

Acessibilidade	
Organizações privadas (23)[1]	Organizações Públicas (59)[2]
Acessíveis 30,4%	Acessíveis 25,4%
não acessíveis 43,5%	não acessíveis 44,1%

parcialmente acessíveis 26,1%	Parcialmente acessíveis 30,5%

1 Total de citações de organizações privadas no período 2014-2019.

2 Total de citações de organizações públicas no período 2014-2019. Fonte: dados da pesquisa (2021).

Inicialmente, pode-se comparar a quantidade de citações encontradas nas publicações nas categorias “Organizações privadas” (23) e “Organizações públicas” (59), mostrando que os estudos encontrados estão realizando mais trabalhos sobre acessibilidade em espaços públicos.

Essa diferença se torna mais visível quando comparado os números de trabalhos analisados, sendo 12 que avaliaram acessibilidade em organizações privadas e 43 trabalhos que avaliaram acessibilidade em organizações públicas. Embora a diferença na quantidade de citações e trabalhos foram grandes, os resultados encontrados apresentaram semelhança.

Conforme o quadro 10, os locais acessíveis em organizações privadas foram de 30,4% e os locais acessíveis em organizações públicas 25,4%. Números que continuaram semelhantes quando falamos sobre locais parcialmente acessíveis, 26,1% em organizações privadas e 30,5% em organizações públicas. Os dados tornam-se preocupantes quando os resultados demonstram que a maioria dos locais permanecem não acessíveis, sendo 43,5% em organizações privadas e 44,1% em organizações públicas.

Quadro 11 – Tipos de organizações públicas

Tipos de organizações públicas (56)[1]
Universidades 8,9%
Estádios, ginásios e quadras 7,1%
Delegacias 1,8%
Conselhos tutelares 3,6%
ESF/UBS 12,5%
Feiras 1,8%
Restaurante Universitário 1,8%
Equipamentos urbanos 23,2%
Bibliotecas 8,9%
Programa Minha Casa, Minha Vida 3,6%
CRAS 1,8%
Centro de Turismo 1,8%
Escolas 14,3%
Espaços de arte 8,9%

1 Total de citações de tipos de organizações públicas no período 2014-2019. Fonte: dados da pesquisa (2021).

Quando analisamos a categoria “Tipos de organizações públicas” (Quadro 11), destaca-se com mais citações os equipamentos urbanos com 23,2%, escolas com 14,3%, e ESF/UBS com 12,5%. Tal constatação demonstra que o espaço urbano tem um importante lugar nas perspectivas de acessibilidade para os cadeirantes e traz questionamentos quanto a acessibilidade em instituições de ensino e de saúde de nosso Estado.

Categorizamos como equipamentos urbanos as ruas, avenidas, calçadas, parques e praças que foram localizadas nos estudos. Segundo Cassapian e Rechia (2014) o espaço público é que irá possibilitar a aproximação e convivência do cadeirante com a sociedade. Podendo ser considerado um espaço de representação social. Os autores ainda dizem que a falta de acessibilidade a esse tipo de local fere o direito ao uso da cidade e o exercício da cidadania desses cidadãos (CASSAPIAN; RECHIA, 2014).

O estudo de Lourenço, Mendonça e Reis (2017) analisou parques e praças de Aracaju/SE. Segundo os autores, os direitos das pessoas com deficiência estão assegurados e regulamentados em leis, porém, foi identificado que os locais do seu estudo ainda precisam de muitas adaptações para garantir acessibilidade aos cadeirantes. Entre os pontos que eles destacam estão: descaso em reformas, barreiras nos percursos, falta de rampas de acesso, corrimão e banheiros sem adaptações (LOURENÇO; MENDONÇA; REIS, 2017).

Outra situação encontrada nos estudos foi o relato de Martins e Pádua (2018) quanto a obstrução de calçadas e rampas de acesso por comerciantes de rua. Na pesquisa, um representante dos comerciantes falou que tais obstruções ocorrem por falta de conhecimento. É dito ainda que o Poder Público deveria ter um olhar informativo e educativo para essas pessoas (MARTINS; PÁDUA, 2018).

Ainda em relação aos equipamentos urbanos, Marques e Rodrigues (2014) destacam o espaço de uma Delegacia especializada em roubos e furtos, que mesmo sendo pequena, possui acessibilidade para cadeirantes através de rampas de acesso, banheiro adaptado e prioridade no atendimento. Porém, quando a responsabilidade foge da Delegacia e chega a Administração Municipal a acessibilidade fica prejudicada. As vias externas, que deveriam possibilitar a chegada dos cadeirantes à Delegacia não são em sua totalidade acessíveis, prejudicando a mobilidade urbana (MARQUES; RODRIGUES, 2014).

Nos trabalhos analisados, ao se aprofundar nas escolas públicas, identificamos que todas instituições realizaram reformas visando a adequação da Lei 10.098/2000 e NBR 9050 (2020). Porém, isso não garantiu a acessibilidade nas mesmas. Segundo Oliveira e Pfeifer (2015), a escola onde realizou a pesquisa possui adequações externas como rampas de acesso e

calçadas, mas quando analisado o ambiente interno, as adequações da NBR 9050(2020) não são atendidas. Essas faltas de adaptações geram insatisfação aos cadeirantes, como apontado pelos autores Klusener e Rampelotto (2017) “verificou-se pelas respostas dos sujeitos que as escolas que os mesmos frequentam não tem acessibilidade adequada”. Já Brito e Silva (2016) encontram na escola pesquisada reformas visando a acessibilidade, porém, as rampas analisadas apresentam variação de inclinação fora das normas técnicas da NBR 9050 (2020). Esses levantamentos mostram que alguns projetos e obras realizadas pelas instituições públicas não seguem as normativas. Por isso, torna-se relevante pesquisar mais sobre os responsáveis por esses setores na administração pública e o motivo disso acontecer.

Ainda pensando nos tipos de organizações públicas e entendendo que a Lei 8.080/1990 estabelece a saúde como “um direito fundamental do ser humano” (BRASIL, 1990), é esperado que as Estratégias de Saúde da Família (ESF)/Unidades Básicas de Saúde (UBS) sejam acessíveis aos cadeirantes. Nos estudos analisados, existem diferenças entre as ESF/UBS identificadas. Na UBS Nossa Senhora das Graças/RS, os autores Pupo e Brant (2016) relatam que a unidade possui recepção, consultórios, salas, cozinha e banheiro adaptados para cadeirantes. A acessibilidade também é garantida aos cadeirantes na UBS Boa Passagem/RN, segundo Perez e Jaccottet (2015). Bortolli e Schneider Filho (2014) trazem o relato da UBS São José das Missões/RS, sendo a mesma parcialmente acessível. Apesar de possuir rampas de acesso e corrimões, o banheiro adaptado está em desuso, precisando de reforma. Porém, os relatos tornam-se preocupantes com Silva e Guerreiro (2015) que falam sobre a UBS Doca Moura/PI e sua falta de acessibilidade. Segundo os autores, a unidade não possui rampa de acesso e corrimões nos ambientes (SILVA; GUERREIRO, 2015). Quando questionaram a administração municipal sobre esse fato, foi informado que a UBS irá passar por uma reforma para adequações quanto as sugestões (SILVA; GUERREIRO, 2015). Além da UBS Doca Moura, também foram identificadas nos estudos as UBS Edimar Medeiros de Sousa/PI e Espaço Verde/BA, ambas não possuem acessibilidade para cadeirantes (SILVA; NOMIYAMA, 2015), (SPIAZZI; CUNHA, 2014). Havendo diferenças nos estudos analisados, a pesquisa sobre acessibilidade em saúde nos municípios e a proposta de melhorias nas mesmas é um ambiente propício de estudo.

Quadro 12 – Dificuldades de acessibilidade

Dificuldades de acessibilidade (207)[1]
Calçadas 22,2%

Rampas de acesso 25,6%
Bebedouros 2,4%
Falta de informação 0,5%
Transporte coletivo 3,4%
Distância entre locais de interesse 3,4%
Equipamentos de saúde 0,5%
Balcões 3,9%
Pontos de ônibus 1,4%
Carteiras 1,4%
Catracas 1,0%
Falta de elevador ou fora de uso 4,8%
Banheiros 8,2%
Escadas 11,6%
Circulação em ambientes fechados 9,7%

1 Total de citações sobre dificuldades de acessibilidade no período 2014-2019. Fonte: dados da pesquisa (2021).

A categoria que mais recebeu apontamentos foi a “Dificuldades de acessibilidade”, tendo um total de 207 citações. Essa constatação, demonstra que a relevância de analisar os desafios e perspectivas dos cadeirantes. As citações que mais apareceram foram: rampas de acesso com 25,6% e calçadas com 22,2%.

A principal crítica de pesquisadores e cadeirantes entrevistados deu-se quanto as rampas de acesso, tanto em locais de acessos a calçadas, como acesso a instituições privadas e públicas. Foi um total de 53 citações identificados nos estudos. As dificuldades encontradas são variadas: no Museu da Água de Blumenau/SC a falta de rampa de acesso impede o acesso (SCHWABE et al., 2017), na Universidade Estadual Vale do Acaraú/CE, os pesquisadores encontraram rampas de difícil acesso e com negativo estado de conservação (REINALDO et al., 2019), no Campus Cidade Universitária UNIS/MG, foi identificado rampas com inclinação superior à da NBR 9050(2020), logo, inadequadas para o uso de cadeirantes (LEANDRO, 2016), mesmo caso encontrado no Restaurante Universitário da Universidade Federal do Ceará/CE, onde Maciel e Mâsih (2018) relatam uma rampa com inclinação de 10,94%, muito superior as normativas da NBR 9050(2020).

No município de Aracaju/SE, os autores Lourenço, Mendonça e Reis (2017) relataram a falta de rampas de acesso e que os espaços de lazer pesquisados não permitem a locomoção contínua sem auxílio. Os autores ainda concluem que construções e reformas de espaços públicos precisam de mais rigor para garantir a efetividade da acessibilidade (LOURENÇO; MENDONÇA; REIS, 2017).

No estudo de Klusener e Rampelotto (2017), um dos cadeirantes traz um relato sobre a escola que estuda: “A rampa poderia ser dentro da escola, porque quando chove não tem como acessar o segundo piso já que a rampa foi construída por fora.” Essas dificuldades encontradas na acessibilidade restringem a garantia de cidadania dos cadeirantes e restringe-os as suas residências. Os autores Cassapian e Rechia (2014) trazem o relato de uma cadeirante que não tem coragem de sair sozinha. A cadeirante 4 comenta que não tem companhia e caso resolva sair sozinha enfrenta diversas dificuldades, por isso, ela prefere não sair.

Continuando na categoria “dificuldades de acessibilidade”, outro equipamento urbano que recebeu diversas críticas foram as calçadas. Nos estudos, foram 46 citações apontadas. Os autores Nunes e Rodrigues (2017), em seu trabalho classificam as calçadas como um fator de acessibilidade e mobilidade urbana. Segundo eles, “a mobilidade urbana está ligada à qualidade de vida” (NUNES; RODRIGUES, 2017), dessa forma, podemos entender que se a acessibilidade de cadeirantes é prejudicada, a qualidade de vida deles também será afetada. Nunes e Rodrigues (2017), concluem em seu artigo, que faltam políticas públicas voltadas as calçadas, faltam políticas de conscientização a pessoas que se apropriam indevidamente de calçadas e, que com a falta de espaço, os cadeirantes se colocam em situações de risco, já que precisam utilizar das ruas pra andar sem interferência (NUNES; RODRIGUES, 2017). Esse apontamento também apareceu no relato do cadeirante 1 do estudo de Cassapian e Rechia (2014), “Para mim o ruim são as calçadas. As calçadas são a pior coisa que tem. Prefiro mil vezes andar na rua.” No mesmo estudo, o cadeirante 2 expõe sua dificuldade: “É difícil. Como vou andar sozinho no Centro com aquelas calçadas todas ruins?” (CASSAPIAN; RECHIA, 2014).

Quadro 13 – Gestor de organização pública

Gestor de organização pública (11)[1]
Falta de conhecimento 36,4%
Interesse em receber todos públicos 18,2%
Autorização do governo 9,1%
Reconhece melhorias necessárias 9,1%
Falta de projetos de acessibilidade 27,3%

1 Total de citações sobre gestores de organização pública no período 2014-2019. Fonte: dados da pesquisa (2021).

A última categoria foi a de “Gestor organização pública” e foi a que possuiu o menor número de apontamentos nos trabalhos, um total de 11 citações. Os estudos que se concentraram em realizar entrevistas com os gestores apontaram com maior relevância: a falta de conhecimento com 36,4% e a falta de projetos de acessibilidade com 27,3%.

A falta de conhecimento de gestores públicos recebeu 4 citações nos estudos e chama a atenção. No estudo de Silva e Brito (2016), os autores chegaram à conclusão que o gestor G1 da escola E1 não possuía conhecimento sobre acessibilidade quando ele afirmou que a escola não tinha condições de receber cadeirantes e em pergunta anterior havia respondido o contrário, demonstrando inclusive satisfação com a acessibilidade do local (SILVA; BRITO, 2016). Outro fator que demonstrou a falta de conhecimento dos gestores em outro estudo dos mesmos autores, foi o fato da escola apresentar corredores acessíveis e sem barreiras arquitetônicas. Mas o gestor sinalizou que não existiam rotas acessíveis em sua escola (BRITO; SILVA, 2016).

Ainda tratando sobre gestores, a falta de projetos de acessibilidade possuiu 3 citações nos estudos. Os pesquisadores Costa e Silva (2016), analisaram 30 anos de documentos do município de Capim Grosso/BA. Eles encontraram apenas 4 portarias que se relacionam com inclusão, porém, nenhuma trata de maneira direta o tema (COSTA; SILVA, 2016). Ainda na Bahia, mas no município de Quixabeira, Mendes e Ramos (2016) analisaram as políticas públicas relacionadas com o esporte e lazer, chegando à conclusão que as pessoas com deficiência estão sendo excluídas dessas atividades. Além disso, os espaços existentes não garantem a acessibilidade (MENDES; RAMOS, 2016). A falta de projetos também ocorre na educação, onde os autores Silva e Brito (2016) identificaram que nas escolas pesquisadas nunca foi elaborado um projeto visando acessibilidade. Mesmo assim, verbas foram destinadas para adaptações. “Apesar de terem feito as rampas de acesso, estas ficaram foram dos padrões, quanto ao grau de inclinação, pois foram formuladas sem levarem em consideração as normas da ABNT NBR 9050(2020)” (SILVA; BRITO, 2016, p. 5).

2.3.2 Considerações finais quanto a revisão de literatura

Os resultados e discussões apresentados nessa pesquisa bibliográfica, demonstraram que a acessibilidade para cadeirantes e as suas dificuldades nos estudos pesquisados ocorrem em organizações privadas e organizações públicas com números bem semelhantes. Porém, as organizações privadas carecem de mais pesquisas que busquem verificar a acessibilidade. Os equipamentos urbanos são os locais mais pesquisados, ao mesmo tempo, que coincide com as principais dificuldades de acessibilidade que são encontradas nas calçadas e rampas de acesso.

Os cadeirantes estão se colocando em situações de risco, devido à má condição das calçadas e podem estar com seus direitos a educação e saúde restringidos tendo em vista inúmeras escolas e ESF/UBS's que não possuem acessibilidade. Os espaços urbanos, escolares e de saúde precisam de pesquisadores trabalhando em conjunto com gestores, visando propostas de melhorias para seus locais, possibilitando reformas que atendam as normativas da NBR 9050(2020) e que auxiliem na falta de conhecimento dos gestores em relação a acessibilidade.

3 PERCURSO METODOLÓGICO

A trajetória dessa pesquisa se orientou a partir do percurso metodológico demonstrado a seguir.

3.1 CARACTERIZAÇÃO DO ESTUDO

Tratou-se de uma pesquisa exploratória, cuja forma de abordagem é qualitativa. O termo qualitativo, segundo Stake (2011, p. 21) significa que "seu raciocínio se baseia principalmente na percepção e na compreensão humana." O comportamento humano irá ser diferente dependendo das maneiras, formas e situações nos quais ele se encontra (STAKE, 2011). Os dados da pesquisa derivam da interação entre pesquisador e os sujeitos, podem ter múltiplos significados e desenvolvimentos impremeditados (STAKE, 2011). Além disso, busca compreender percepções individuais e a singularidade (STAKE, 2011).

3.2 LOCAL

A proposta inicial dessa dissertação seria selecionar um município de cada mesorregião do estado de Santa Catarina, abordando municípios com maior população, segundo censo demográfico do IBGE (2010) e que existisse uma associação de cadeirantes instalada no município. O contato seria realizado se deslocando pessoalmente a cada município, porém não foi possível em virtude dos protocolos sanitários da pandemia. Dessa forma, o contato foi realizado via telefone e após várias tentativas de contato com Florianópolis, Chapecó, Joinville, Criciúma, Lages e Blumenau, os municípios que demonstraram interesse em participar foram Lages e Joinville.

3.3 PARTICIPANTES

Ao todo, participaram da pesquisa 3 cadeirantes: o Presidente da Associação Serrana dos Deficientes Físicos (ASDF) de Lages, o Gerente de Acessibilidade da Prefeitura Municipal de Lages e o Presidente do Centro Esportivo para Pessoas Especiais (CEPE) de Joinville. Para

participar, todos precisaram assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, assim como, as instituições que representam precisaram autorizar a participação.

Para garantir a confidencialidade dos participantes, foram identificados da seguinte forma: (E1): Gerente de acessibilidade de Lages, (E2): Presidente do Centro Esportivo para Pessoas Especiais (CEPE) de Joinville e (E3): Presidente da Associação Serrana dos Deficientes Físicos (ASDF) de Lages. Destaca-se que os 3 entrevistados possuem cadeira de rodas motorizada.

3.4 PROCEDIMENTOS DE CONTATO COM OS PARTICIPANTES

O contato com os participantes da pesquisa em virtude do isolamento social e conveniência do pesquisador foi realizado via telefone e e-mail. Após as assinaturas dos termos, as entrevistas foram marcadas numa data e horário que fosse do agrado dos participantes.

3.5 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS

A coleta de dados se deu por meio de entrevistas não-estruturadas. As entrevistas se basearam em questões norteadoras previamente elaboradas. As entrevistas foram realizadas e gravadas via Ferramenta de Videoconferência (Google Meet), sendo utilizado conta autorizada junto a UNIPLAC. Posteriormente, foi realizado o download da entrevista no computador do pesquisador.

3.5.1 Questões Norteadoras

Para que as entrevistas atendessem os objetivos da pesquisa, foram elaboradas as seguintes questões norteadoras:

- O que entendem por acessibilidade?
- Como está a acessibilidade no município?
- Quais são as iniciativas de acessibilidade do município?
- Como ocorre a comunicação entre cadeirantes e gestor público?

3.5.2 Entrevistas não-estruturadas

Para realizar as entrevistas, o plano metodológico escolhido para a coleta de dados foi a entrevista não-estruturada. Segundo Mattos (2005), nessa técnica é dado liberdade ao entrevistado na construção da resposta. Ela foi escolhida para esse trabalho, tendo em vista o consenso de que servem para a elucidação de situações, atitudes e comportamentos (MATTOS, 2005). Ainda de acordo com o autor, "há sempre um significado de ação para além do significado temático de conversação (MATTOS, 2005). Logo, para essa pesquisa que buscou comparar perspectivas e desafios na acessibilidade sob a ótica das Associações de cadeirantes e dos gestores municipais, foi interessante analisar dados coletados em seus mais variados significados.

3.5.3 Ferramenta de Videoconferência (Google Meet)

As entrevistas não-estruturadas foram realizadas e gravadas via a Ferramenta de Videoconferência Google Meet. Essa plataforma, é um serviço de comunicação por vídeo desenvolvido pela Google. A conta utilizada pelo pesquisador para realização das entrevistas foi autorizada pela UNIPLAC.

3.6 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE DE DADOS

O dado qualitativo, segundo Pereira (2004) "é uma forma de quantificação do evento qualitativo que normativa e confere um caráter objetivo à sua observação." Para realizar essa interpretação foi escolhido o método de análise de conteúdo.

Segundo Bardin (2016), a análise de conteúdo é "um conjunto de instrumentos metodológicos" que estão em constante aprimoramento e podem ser aplicados nos mais variados tipos de discursos." Para tanto nessa pesquisa, realizamos a codificação e categorização dos dados, buscando fazer uma ligação das palavras, dos seus significados e do que pode significar. Essa técnica metodológica, busca ir além das aparências iniciais das palavras e realçar algo que aparece nas entrelinhas.

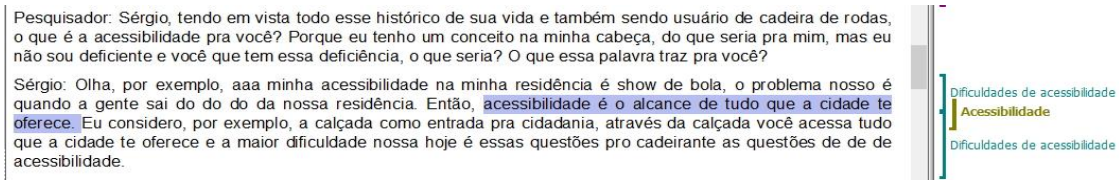
3.6.1 QDA Miner Lite

Para auxiliar na codificação e categorização dos dados, foi utilizado o software QDA MINER LITE v.2.0.6. É um software gratuito de análise de dados qualitativos da empresa *Provalis Research*.

Os dados qualitativos obtidos nas entrevistas foram analisados com o auxílio do software, que viabiliza análises estatísticas sem excluir o sentido, o cerne do conteúdo escrito (SÁNCHEZ-CRIADO; BLANCO, 2005).

As respostas das entrevistas foram transcritas e procedeu-se a categorização das respostas de acordo com seu conteúdo, para juntar as respostas similares desenvolveram-se categorias no próprio sistema do QDA Miner, o qual, partindo dessa categorização, tabulou as respostas.

Figura 1 – Processo de categorização.



Fonte: dados da pesquisa (2021).

A categorização das respostas de acordo com seu conteúdo resultou nas seguintes categorias e frequências:

Quadro 14 - Frequência de categorias nas entrevistas.

Categoria	Frequência
Descrição própria	3
Preconceito	7
Iniciativas de acessibilidade	12
Acessibilidade	18
Conhecimento sobre normas e leis	2
Dificuldades de acessibilidade	29
Comunicação entre associação e gestão pública	13
Representante no legislativo	1

Fonte: dados da pesquisa (2021).

Assim, foram definidas as quatro categorias que seriam analisadas individualmente: Acessibilidade; Dificuldades de acessibilidade; Iniciativas de acessibilidade e Comunicação entre associação e gestão pública municipal. A categoria “descrição própria” foi selecionada para trazer mais dados a respeito dos participantes e as outras 3 categorias foram selecionadas como de menor frequência para serem trabalhadas juntar. São elas: Preconceito; Conhecimento sobre normas e leis; e Representante no legislativo.

3.7 PROCEDIMENTOS ÉTICOS

Esse estudo esteve comprometido com a integridade dos sujeitos, seja cadeirante ou gestor municipal. Assim, as coletas de dados e análise dos dados pretendem mantiveram uma conduta reta com todos envolvidos.

Essa pesquisa foi registrada na Plataforma Brasil e encaminhada ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da UNIPLAC, tendo sido aprovada com o número CAAE 46240920.0.0000.5368. Desta maneira seguindo a Resolução CNS 512/16, conforme Parecer nº 4.724.107.

Antes de iniciar as atividades previstas na metodologia, todos os possíveis participantes receberam o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE - APÊNDICE 1). Foram informados e explicados sobre a pesquisa, como está previsto no TCLE e ficando explicitado que a assinatura do TCLE implica no aceite dos termos previstos.

A pesquisa seguiu, ainda, o Ofício Circular Nº 2/2021/CONEP/SECNS/MS, de 24 de fevereiro de 2021 que orienta os procedimentos em pesquisas com qualquer etapa em ambiente devido a Pandemia do Coronavírus – Covid 19.

Essa pesquisa foi totalmente custeada pelo pesquisador, não apresentando conflitos de interesse em qualquer uma de suas etapas.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE RESULTADOS

Os dados coletados foram analisados a partir das categorias desenvolvidas a partir das questões norteadoras definidas para essa dissertação. Os quadros a seguir, mostram os dados obtidos durante as entrevistas e a análise dos resultados a partir da literatura apresentada.

Quadro 15 – Categoria 1: Descrição própria

E1	*"Eu sou cadeirante a 33 anos. Eu morei em Curitiba na década de 90, mais precisamente nos anos 94 a 96."* Quando questionado a quanto tempo é Gerente de Acessibilidade, ele disse: *"7 anos. Bastante tempo".* Ainda foi perguntado quais são as atribuições de sua função: *"A minha função como Gerente é de fiscalização total, né, de toda a questão urbanística, da cidade, e a colaboração dentro do processo de criação, né, de desenvolvimento do município lá eu eu estar inserido fazendo com que esse esses quesitos de acessibilidade fossem contemplados".* Ainda sobre a Gerência de Acessibilidade, ele diz: *"tem que bater palma e nós temos que elogiar as pessoas que criaram essa gerência, porque a partir daí, todas as autarquias do município passaram a ter esse olhar, talvez não aconteça como eu gostaria, porque infelizmente eu vivo isso no dia a dia, eu queria que se transformasse de um momento pro outro, mas a gente sabe que essa realidade não é possível. Mas eu*

	entendo que foi extremamente benéfico porque isso é discutido constantemente dentro das secretarias".
E2	*"Tenho 58 anos, comecei no movimento de pessoas com deficiência aos 17 anos, são 48 anos no movimento de pessoas com deficiência em Joinville. Fui presidente do CONED (Conselho Estadual dos Direitos da pessoa com Deficiência), fui presidente do COMDE por 8 anos, sendo 4 anos como Governo e 4 anos como sociedade civil, e 2 anos representando o Centro Esportivo para Pessoas Especiais (CEPE), que é uma entidade que trabalha só com deficiência física no município de Joinville e tem 5 modalidades paralímpicas. Eu tive paralisia infantil, aos 6 meses de idade, fiz tratamento em São Paulo, fiz 7 cirurgias, em São Paulo eu conheci o o esporte, comecei jogando basquete com 11 anos. Fui atleta no basquete para cadeira de rodas por 12 anos, fui nadador por 12 anos e jogador de tênis de mesa também por 12 anos, fui campeão brasileiro de natação, vários títulos no basquete em cadeira de rodas eee sou usuário de cadeira de rodas e a 5 anos eu descobri a síndrome pós-polio, que é uma nova poliomielite e aí eu me aposentei, porque ela tááá ataca o que sobrou de musculatura tua, e eu não consegui mais ficar o tempo todo sentado trabalhando na Prefeitura. Trabalhei por 11 anos no no na secretaria executiva do conselho municipal dos direitos da pessoa com deficiência.*
E3	*"Eu sofri um acidente, faz 31 anos agora tá."* Quando perguntado a idade, ele disse: *"Eu to com 51. Eu sofri o acidente eu ia fazer 19. Estou no segundo mandato, que encerra agora em outubro desse ano de 2021, mas eu estou na presidência desde 2016."* Quando perguntado a quanto tempo participa da ASDF, ele disse: *"Ela foi fundada em 1995. E eu voltei pra Lages em ééé 1992. Então antes, eu participei de um grupo, que era FCD, e logo em seguida a ASDF foi fundada né em 31 do 5 de 1995."*

No início das entrevistas, todos participantes se apresentaram. Os 3 mencionaram que utilizam cadeira de rodas motorizada.

O E1 é cadeirante a 33 anos e já morou em Curitiba antes de se mudar pra Lages. Ele ocupa o cargo de Gerente de assuntos de acessibilidade a 7 anos e menciona que a criação dessa diretoria dentro da estrutura administrativa da Prefeitura possibilita a discussão de acessibilidade junto as secretarias do município.

Já o E2, é cadeirante durante toda sua vida. Isso ocorreu em virtude da poliomielite que foi descoberta quando tinha 6 meses de idade, o que ocasionou a necessidade de realizar 7 cirurgias até os seus 11 anos. Mesmo assim, foi esportista, se dedicando ao basquete, tênis de mesa e natação, onde foi campeão brasileiro na modalidade. Precisou parar a prática de esportes devidos a complicações relacionadas a poliomielite. Durante a entrevista estava representando um movimento civil de pessoas com deficiência, porém, já ocupou cargos políticos na Prefeitura de Joinville e foi assessor parlamentar do ex-deputado estadual Wilson Vieira, mais conhecido como Dentinho e que também era cadeirante.

O E3 tornou-se cadeirante devido a um acidente que sofreu quando tinha 19 anos. Participa a 26 anos do movimento dos direitos das pessoas com deficiência e é presidente da ASDF a 5 anos, sendo sócio fundador da entidade.

Quadro 16 – Categoria 2: Acessibilidade nos Espaços Urbanos

E1	Quando perguntado o que era acessibilidade, ele respondeu que "*Acessibilidade é eu poder me sentir alguém dentro de um contexto social. É o direito de ir e vir, direito de trabalhar, de estudar, de participar de locais de lazer.*" Ele também disse que acessibilidade é *"poder sair de dentro da minha casa, ir lá no centro, entrar no banco, pegar o dinheiro e ir na loja, fazer a compra e voltar pra casa."*

	Enquanto na Gerência de acessibilidade, o entrevistado citou obras realizadas: "*Foram revitalizadas por volta de 180 ruas, [...] vamos considerar que o percentual dela não tenha atendido 100% da acessibilidade, mas nós conseguimos de no mínimo de 50 a 70% acessível, quem mora nessa rua ela tem a condição de pelo menos sair de dentro de casa*."
E2	Para o entrevistado, "*acessibilidade é o alcance de tudo que a cidade te oferece.*" Segundo ele, o transporte público é acessível: "*Nós temos o transporte porta a porta com oito ônibus, você faz um agendamento ele te pega no local da sua residência e leva para onde você quer. Busca e leva. [...] Os transportes urbanos normais a frota é 100% acessível, com elevadores e ônibus com piso baixo.*" Ele ainda citou outro avanço de acessibilidade no município: "*Foi no Governo que a gente aprovou essa política municipal de acessibilidade.*" Segundo o entrevistado "*a prefeitura é toda acessível, [...] já colocaram banheiro acessível, em baixo também tem várias vagas de [...] estacionamento para as pessoas com deficiência e para idosos*." Ele ainda complementa que "*a Câmara de Vereadores" também, melhorou a questão de acessibilidade, [...] melhoraram bastante a questão de vagas para você estacionar o carro, hoje tem elevador até o terceiro piso da câmara de vereadores. [...] As subprefeituras também estão respeitando essa questão de acessibilidade com sanitários, com acesso."* Sobre as Unidades de Saúde do município, o entrevistado diz que: "*Todos eles com acesso, o balcão rebaixado pra cadeirante, [...] todos eles têm sanitários acessíveis e local pra você chegar de cadeira de rodas."*
E3	Ao ser questionado sobre o significado de acessibilidade, ele respondeu que "*Acessibilidade pra mim é ter acesso as calçadas que me deem um início que eu possa entrar de um lado e sair do outro*." Sobre locais com acessibilidade, o entrevistado destacou uma obra: "*A passarela, eu acho que é a nível estadual, foi desenvolvida pra comunidade aqui atravessar, [...] fico bem acessível, a gente fez algumas reclamações junto ao órgão responsável e eles atenderam, então foi feito as rampas de acesso, tudo direitinho.*"

Fonte: dados da pesquisa (2021).

Ao analisar as falas dos três entrevistados, percebe-se semelhanças entre elas. O E1 afirma que acessibilidade é o direito de ir e vir e o E2 cita que é o alcance de tudo que a cidade te oferece.

Ambas as falas são apoiadas pela NBR 9050 da ABNT, onde também é descrito como a possibilidade e condição de alcançar e utilizar edificações, espaço, mobiliário e equipamentos urbanos (ABNT, 2020).

O E3 respondeu que acessibilidade é ter acesso as calçadas e como descer delas. Essa fala é corroborada pela Lei 13.146 que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com deficiência. Em seu Artigo 3º ela diz que para haver acessibilidade é necessário que o sujeito tenha autonomiza e segurança em se locomover pelos espaços urbanos.

Outra fala do E1 sobre acessibilidade em espaços urbanos, trata-se de obras realizadas durante o seu período como Gerente de Acessibilidade de Lages. Ele diz que aproximadamente 180 ruas foram revitalizadas e que nem todas elas são acessíveis. Segundo ele, *"50 a 70% são acessíveis"*. As pessoas teriam condições de sair de suas casas.

Essa situação descrita pelo gestor se assemelha com o estudo de Lourenço, Mendonça e Reis (2017), nele foram analisados parques e praças de Aracaju/SE. Segundo os autores, foi identificado descaso em reformas nos espaços públicos. No trabalho de Brito e Silva (2016), foi encontrado problemas de acessibilidade em rampas analisadas. De acordo com os autores,

foi constatado variações de inclinação fora das normas técnicas da NBR 9050 (2020). Na Norma Técnica, os locais para serem considerados acessíveis precisam "ser alcançados, acionados, utilizados e vivenciados por qualquer pessoa" (NBR 9050, 2020).

O E1, afirma que ao revitalizar pavimentações do município de Lages, não se respeitou integralmente as normas técnicas, não atendendo aos requisitos de acessibilidade que são exigidos.

O Quadro 17 apresenta as dificuldades abordados sobre acessibilidade nos espaços urbanos.

Quadro 17 – Categoria 3: Dificuldades de acessibilidade nos espaços urbanos

E1	A prefeitura do município possui dificuldades de acessibilidade: "*Pra você reformar um órgão público hoje, dependendo da idade desse imóvel você vai ter que, vou te dar um exemplo, a nossa prefeitura no setor administrativo, pra você fazer ela se tornar acessível você vai ter que entrar primeiro com um pedido junto a fundação catarinense de cultura*."
E2	Quanto a dificuldades de acessibilidade, a casa do entrevistado 2 é acessível. "*o problema nosso é quando a gente sai da nossa residência.*" Para ele "*a calçada é a entrada pra cidadania, através da calçada você acessa tudo que a cidade te oferece e a maior dificuldade nossa hoje é essas questões pro cadeirante as questões de acessibilidade*." Ele ainda diz que o problema é não ter calçadas padrões: "*Infelizmente nós não temos calçadas padrões, [...], você vai fazer uma calçada numa rua, cada um faz um tipo de calçada na frente da sua residência*." Uma das dificuldades encontradas pelo entrevistado, são as rampas de acesso: "*Rebaixamento de meio fio é uma dificuldade, pra você se não tiver dentro da norma, rampas fora de normas [...] um degrauzinho que seja de 5 centímetros, 3 centímetros dificulta a acessibilidade*." Outra dificuldade é não ter a tranquilidade de poder sair de casa sem pesquisar antes se o local que irá tem acessibilidade: "*A gente costuma sempre tá ligando antes pra saber se o local é acessível, [...] o pessoal ainda confunde muito acessibilidade com a rampa na frente do comércio, mas esquece que você chega lá você precisa usar um sanitário*." O entrevistado questiona ainda obras que são autorizadas sem que possuam acessibilidade: *"Infelizmente a gente tem visto muita liberação de empresas de lojas, sorveterias, [...] sem respeitar norma de acessibilidade, sem que você tenha acesso, sem ter um banheiro sanitário, consultórios dentários no piso superior, você não pode excluir uma pessoa com cadeirante*." Outras dificuldades encontradas são nos equipamentos escolares de acessibilidade: "*A maioria das escolas tem elevadores, mas são elevadores que plataformas elevatórias e funcionam no começo*." Ele ainda tem dificuldade quando vai viajar: "*Os municípios que eu cheguei procurando sanitário em posto de gasolina, infelizmente não tem."* Outra dificuldade que ele enfrenta é nos Postos de Saúde: "*se precisar de uma maca pra fazer exame, infelizmente não temos acesso."* Para o entrevistado o respeito ao assento preferencial em ônibus também é um problema: "*não respeitavam e o motorista nisso não dava partida antes de haver o respeito ao assento, nisso acontecia discussão com o motorista e passageiro."* Ainda sobre respeito ele diz que: "*Nós temos as vagas lá corretas, mas as pessoas e os idosos quando tem a credencial estão usando a vaga pra pessoa com deficiência."*
E3	O entrevistado 3 diz ter diversas dificuldades de acessibilidade: *"Tanto acessibilidade das vias públicas, quanto os prédios públicos, [...] não tem acessibilidade nos órgãos públicos*." Para ele, calçadas e rampas de acesso são um problema: *"eu entro de um lado e chego lá no final da calçada não consigo descer. Porque [...] o paralelepípedo é alto e não tem acesso não tem a baixada, a rampinha de acesso, [...] e são longos os percursos"*, ele ainda diz que tem mais problemas com rampas de acesso "*os desníveis também nas rampas, as rampas não são feitas corretamente, então não há uma acessibilidade, [...] que eu consiga acessar sem ter o auxílio de outra pessoa."*

	Ainda sobre dificuldades, o entrevistado disse que quando obras são realizadas, não há preocupação em garantir a acessibilidade: *"Agora mesmo fizeram uma reforma na calçada lá e acho que mexendo com o saneamento básico, [...] está sem calçada*." Ela ainda enfrenta mais dificuldades do mesmo tipo: "*Tem que descer fora do ponto porque não tem o ponto, [...] onde moro também foi feito um reparo num cano de água que estourou e a calçada está lá por se fazer, então assim, fiquei sem acesso ao ponto de ônibus também*." O entrevistado reitera na entrevista as dificuldades que encontra com calçadas: "*as calçadas muito danificadas, muitas vezes você tem que deixar de andar por cima da calçada e pegar a via pública pra poder ter acesso onde você quer ir né e se arriscando*." O entrevistado diz em meio a risos que "*você tem que se desviar de vários obstáculos. É uma aventura."* Fazer compras no comércio é uma dificuldade encontrada: *"Eles não gostam de investir assim numa calçada porque calçada não vai ter rentabilidade e o acesso também as lojas, muito complicado você chegar numa loja e tem que ser atendida na porta porque não tem acesso."* Outra dificuldade de acessibilidade encontrada foi na Diretoria de Trânsito do município: *"A secretaria aqui do Diretran [...], ela fica no segundo piso da rodoviária [...]. Muitas vezes a gente tem que fazer uma solicitação, [...] a gente fez um ofício, [...] eu não consegui chegar lá na secretaria porque tem uma escadaria, e são 2 lances de escada, [...] então, eu tive que pedir pra uma outra ir lá levar o ofício pra mim."* Quando perguntado se o entrevistado tem acessibilidade para se deslocar até a associação ela disse que *"Ainda falta alguma coisa, [...] melhorar o acesso daqui da associação até o shopping, ali por exemplo, tem umas calçadas que tão não tem acesso a calçada, então você tem que ir [...] pela margem da marginal."*

Fonte: dados da pesquisa (2021).

Na busca sistemática realizada previamente, identificou que calçadas e rampas de acesso foram as maiores dificuldades de acessibilidade encontradas nos espaços urbanos. As falas do E2 e E3 vem ao encontro com essa descoberta.

Para E2, "*a calçada é a entrada pra cidadania."* O E3 em suas falas comenta sobre as dificuldades de acessibilidade em calçadas: *"as calçadas muito danificadas, muitas vezes você tem que deixar de andar por cima da calçada e pegar a via pública para poder ter acesso para onde você quer ir né e se arriscando*."

Essa dificuldade com calçadas não é algo que deveria ser aceito de acordo com a Lei 13.146/2015. No seu artigo 4º é definido que a pessoa com deficiência tem direito a igualdade de oportunidades e não pode sofrer discriminação. É considerada discriminação no § 1º do mesmo artigo da Lei, a restrição ou exclusão do deficiente, por ação ou omissão que tenha o efeito de prejudicar, impedir o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais (BRASIL, 2015).

O E2 é apoiado ainda pelo estudo de Cassapian e Rechia (2014), segundo eles, a falta de acessibilidade a esse tipo de local fere o direito ao uso da cidade e o exercício da cidadania desses cidadãos. As dificuldades de acessibilidade encontradas em calçadas são corroboradas também pelo estudo de Cassapian e Rechia (2014), onde um entrevistado cita que as calçadas são a maior dificuldade de acessibilidade, enquanto outro entrevistado questiona como poderia andar sozinho no centro da cidade com tantas calçadas ruins. Para Nunes e Rodrigues (2017),

as calçadas são um fator de acessibilidade e mobilidade urbana e estaria ligada à qualidade de vida.

Colabora com esse ponto a Lei 12.587 de 3 de janeiro de 2012, ela diz que a Política Nacional de Mobilidade Urbana busca “contribuir para o acesso universal à cidade.” A lei ainda diz em seu Artigo 3º e § 3º que “vias e demais logradouros públicos” são infraestruturas de mobilidade urbana (BRASIL, 2012). Além disso, essa Política Nacional no seu Artigo 24 § 1º, diz que os municípios com mais de 20.000 (vinte mil) habitantes são obrigados a elaborar e aprovar os seus planos de Mobilidade Urbana (BRASIL, 2012).

O município de Lages ainda não possui um Plano de Mobilidade Urbana. O que regulamenta o padrão de edificações de calçadas no município, assim como a acessibilidade das pessoas com deficiência é o Decreto nº 6410, de 28 de junho de 2001 (LAGES, 2001). Já o município de Joinville, possui um Plano de Mobilidade publicado em 25 de junho de 2016, buscando atender a Lei 12.587/2012 (IPPUJ, 2016).

Em maio de 2020, foi publicada a Lei 14.000, que prorroga prazos de adequação a Política Nacional de Mobilidade Urbana. O Artigo 1º no seu § 4º diz que municípios com população superior a 250.000 (duzentos e cinquenta mil) habitantes devem executar seus planos até 12 de abril de 2022 e municípios com população inferior a 250.000 (duzentos e cinquenta mil) habitantes até 12 de abril de 2023 (BRASIL, 2020).

Outra dificuldade de acessibilidade relatada pelos entrevistados foi quanto a rampas de acesso. Segundo o E2, rampas que estejam fora da norma, mesmo que poucos centímetros já tornam inacessíveis calçadas e locais que dependem de uma rampa para se ter acesso. Essa fala é confirmada pela NBR 9050 (2020), “são consideradas rampas às superfícies com declividade igual ou superior a 5%.” Além disso, a Norma Técnica também descreve padrões de desníveis e inclinações para os pisos das rampas.

O E3 também citou problemas do mesmo tipo, segundo ele, algumas calçadas possuem rampas para subir, mas depois não encontra rampas apropriadas para descer. Dessa maneira, caso esteja sozinho precisa retornar a rampa anterior, mesmo que ela possa estar distante.

Dificuldades de acessibilidade com rampas de acesso parece algo comum nos espaços urbanos, já que também foram encontrados problemas que colaboram com os entrevistados no Museu da Água de Blumenau, onde a falta de rampa de acesso impede o acesso (SCHWABE et al., 2017), na Universidade Estadual Vale do Acaraú, os pesquisadores encontraram rampas de difícil acesso e com negativo estado de conservação (REINALDO et al., 2019), no Campus Cidade Universitária UNIS/MG, foi identificado rampas com inclinação superior à da NBR

9050 (LEANDRO, 2016), mesmo caso encontrado no Restaurante Universitário da Universidade Federal do Ceará, onde Maciel e Mâsih (2018) relatam uma rampa com inclinação de 10,94%.

O Quadro 18 apresenta as iniciativas de acessibilidade nos espaços públicos na percepção dos entrevistados.

Quadro 18 – Categoria 4 - Iniciativas de acessibilidade

E1	Para o entrevistado, um ponto importante de sua gestão frente a Gerência de Acessibilidade foi a busca da criação de uma lei: *"São sete anos de trabalho que eu tive a oportunidade de desenvolver uma lei que acredito que entra agora [...] em pauta, em discussão, nós fizemos um trabalho extremamente técnico, de forma assim esclarecedora*." Algo importante dessa lei para o entrevistado é o estabelecimento de um piso padrão: *"Nós trabalhamos o padrão do piso, o padrão de inclinação, de qualidade, de toda questão da norma da NBR 9050*." Segundo ele, *"ando no centro da cidade com cadeira motorizada, você anda num nível só, a hora que tiver as duas ruas revitalizadas, os dois calçadões interligados e mais a praça da Catedral, [...] você vai andar numa extensão total do centro da cidade em um nível só, sem descer um único degrau e sem subir um único degrau.*" Para o entrevistado existe falta de interesse político em acessibilidade: "*Porque não existe interesse político nessa questão. [...] Porque ela mexe com muitas questões financeiras, pra você fazer acessibilidade numa cidade você vai ter que desembolsar muito recurso*." Um exemplo citado como falta de interesse político é a obra de acessibilidade da Prefeitura Municipal: "*A nossa prefeitura no setor administrativo, para você fazer ela se tornar acessível você vai ter que entrar primeiro com um pedido junto a Fundação Catarinense de Cultura. Para modificar um imóvel que é um imóvel tombado, então não há interesse porque isso gera transtorno demora, vai levar 10 anos para fazer uma rampa dentro do imóvel*." Ele ainda diz: "*Pro político ele entende que seja um desgaste muito grande ele ter que fazer um projeto pra liberar um recurso pra fazer a reforma de uma calçada que não vai resolver nada, você reformar uma calçada de 100 metros*." Para o entrevistado, existem problemas de custos e projetos: "*O nível da rua para dentro do teu imóvel existe um desnível de 3 metros, [...] vai ter que fazer uma contenção, pra fazer um aterramento e fazer uma inclinação de rampa correta, [...] por que não é feito? Porque isso gera custo, gera custo na obra, gera custo pro município, então tem locais que talvez não sejam é efetuada a acessibilidade porque quando se fez o projeto não se levou isso em consideração.*" Segundo ele, *"se você for fazer uma obra 100% dentro daquela realidade e da necessidade, não se faz, porque infelizmente nós vivemos num lugar que a topografia não é favorável. [...] Eu sugeri então situações no seguinte sentido, por exemplo, a calçada ela tem que ter no mínimo 1 metro e 20 de largura pra que ela possa ter uma inclinação e um passeio continuamente linear, certo. O que que acontece, tem lugares que não tem 1 metro e 20. Aí o que eu dizia pro construtor e pro empreiteiro ou pros profissionais que estavam executando a obra, privilegie o mínimo de 90. Se você conseguir fazer essa inclinação ou essa calçada de forma linear 90 centímetros já é o suficiente porque é onde passa a cadeira de rodas. [...] to te falando isso de uma forma paliativa, eu sei que isso é totalmente fora do correto, porque o correto é seguir a norma, o que está estabelecido em Lei e aquilo que ele foi contratado pra executar.*"
E2	Segundo o entrevistado, o município dele possui uma boa legislação de acessibilidade: "*o conselho de Joinville [...] se reuniu com todas as entidades de pessoas com deficiência e com todo secretariado do município e com os vereadores instituiu aqui no município de Joinville a Política Municipal de Acessibilidade. Nada poderia ser construído no município sem respeitar as normas de acessibilidade*." Segundo ele o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência (COMDE) é muito atuante: "*Todas as segundas feiras a gente tem feito lives trazendo os assuntos pertinentes as pessoas com deficiência, [...] O COMDE fez vários seminários de acessibilidade, [...] fez o maior evento de educação inclusiva do País, com 5500 professores no centro de eventos, onde que todas as escolas municipais, estaduais nesse dia foram dispensadas, foram 3 dias de evento*."

	Na opinião do entrevistado: "*O conselho é a principal aproximação da sociedade civil e governo pra estar discutindo as questões de direito das pessoas com deficiência*." Segundo o entrevistado, o avanço na acessibilidade depende do interesse político: "*Muda-se o governo, muda-se a política, levamos até o prefeito numa reunião do Conselho, apresentamos para ele o que nós avançamos e o que a gente precisava que fosse respeitado, ele ouviu e disse que ia trabalhar junto com o conselho e infelizmente não houve essa, a gente regrediu muito, perdeu muito."*
E3	Sobre iniciativas de acessibilidade do município, o entrevistado disse que: *"Foi comentado sobre a implantação da calçada acessível. [...] Mas só comentado isso, já faz uns 2 ou 3 anos e não se iniciou ainda. [...] Lá no centro foi feito um projeto e realmente ficou acessível para todos, mas noutras áreas, em outros bairros ainda não se iniciou."*

Fonte: dados da pesquisa (2021).

O E1, cita que durante os 7 anos que foi Gerente de Acessibilidade do município de Lages procurou a criação de uma Lei que iria estabelecer um piso padrão. Ele ainda diz que nessa Lei constaria o padrão de inclinação, de qualidade e de tudo que a Norma Técnica exige. Até o presente momento a Lei ainda não foi apreciada pela Câmara de Vereadores do Município.

A falta de Políticas Públicas que envolvam acessibilidade é algo relatado pelos pesquisadores Costa e Silva (2016). Segundo eles, em 30 anos de documentos do município de Capim Grosso/BA analisados, 4 portarias estavam relacionadas com inclusão e nenhuma tratava o tema de maneira concreta. O estudo de Silva e Brito (2016), identificou que nas escolas pesquisadas nunca fora elaborado um projeto pra reformas visando acessibilidade.

Segundo o E2, a situação é diferente em Joinville, já que o município possui desde 2012 uma Política Municipal de Acessibilidade, instituído pela Lei 7335 (JOINVILLE, 2012). De acordo com ele: *"nada poderia ser construído no município sem respeitar as normas de acessibilidade."*

Porém, o entrevistado também diz que os avanços nas Políticas Públicas de Acessibilidade dependem do interesse político dos Governos: *"Apresentamos pra ele (Prefeito), o que nós avançamos e o que a gente precisava que fosse respeitado, ele ouviu e disse que ia trabalhar junto com o conselho e infelizmente não houve essa, a gente regrediu muito, perdeu muito."*

O E1 cita que essa falta de interesse em seu município ocorre em virtude dos custos financeiros: *"pra você fazer acessibilidade numa cidade você vai ter que desembolsar muito recurso."* Ainda segundo o entrevistado, *"pro político ele entende que seja um desgaste muito grande ele ter que fazer um projeto pra liberar um recurso pra fazer a reforma de uma calçada que não vai resolver nada."* Todavia, a Lei 13.146/2015, em seu Artigo 8º afirma que é dever do Estado assegurar à pessoa com deficiência a acessibilidade (BRASIL, 2015).

Como exemplo, E1 fala do prédio administrativo da Prefeitura Municipal que é tombado pela Fundação Catarinense de Cultura. Segundo E1, *"não há interesse porque isso*

gera transtorno, demora, vai levar 10 anos pra fazer uma rampa dentro do imóvel." Porém, a Lei 13.146/2015 em seu Artigo 42 § 2º já previa situações como essa. Segundo a Lei, é dever do Poder Público buscar soluções que eliminem, reduzem ou superem barreiras de acessibilidade a todo patrimônio cultural (BRASIL, 2015).

Esse problema com edifício público também foi identificado, nos estudos de Schwahbe et al. (2017). De acordo com eles, o Museu da Água de Blumenau/SC não é acessível e não segue as normativas técnicas da ABNT. Ambos os locais, além de estarem em desacordo com a NBR 9050, também não seguem a Lei 13.146/2015, que em seu artigo 46 descreve como direito da pessoa com deficiência "à mobilidade em igualdade de oportunidades com as demais pessoas," citando inclusive a "eliminação de todos os obstáculos e barreiras ao seu acesso (BRASIL, 2015)."

O Quadro 19 apresenta a categoria Nível de comunicação entre associação e gestão pública municipal na percepção dos entrevistados.

Quadro 19 – Categoria 5: Comunicação entre associação e gestão pública municipal.

E1	Segundo o entrevistado, existe contato entre Gestão Pública e Associação: *"Sim, totalmente né, inclusive eu sou membro do conselho e a ASDF tem cadeira no conselho, não só a ASDF né porque as associações são representativas de todas as categorias, [...] inclusive eu sempre levei a abordagem de que existia a necessidade de que as entidades representativas se manifestassem junto aos órgãos do Poder Público*." Para ele, apesar de existir o contato, falta cobrança: *"A sociedade tem que cobrar, as entidades que são representativas de classe, elas têm que cobrar do Poder Público, entendeu, que isso seja executado, que isso seja uma coisa que aconteça constantemente*." Ele ainda diz que: "*Talvez não esteja mais acessível porque faltou cobrança, [...] das representações, das categorias porquê [...] quando você faz valer o teu direito, as coisas acontecem de forma diferente, [...] é muito fácil jogar essa responsabilidade em cima de uma gerência. [...] Se essa pessoa não é acionada é porque quem está precisando dessa necessidade não tá fazendo a sua parte, não tá participando da maneira que tem que ser participado.*" O Gestor ainda cita procedimento que, segundo ele, deveria ser padrão: *"já falei outras vezes que as entidades tinham que se manifestar perante o Poder Público, mandar ofício pra secretaria pedindo que a Gerência de Acessibilidade se movimentasse, entendeu, isso é um processo normal, não tem como eu como Gerente de Acessibilidade, chegar lá e dizer, olha meu secretário, a obra tal tá mal feita, eu acionar eu mesmo, claro como Fiscal da obra, eu vou apontar junto ao empreiteiro as falhas, mas eu não sou o fiscal que da notificação final da obra, eu sou um Gerente de Acessibilidade. [...] as entidades têm que vestir a sua roupa e executar e fazer o seu papel.*" Quando questionado sobre uma falta de acessibilidade no Diretran do município, ele diz que: "*Isso deveria ser informado pra Diretoria de Planejamento e Obras, lá na minha gerência, Ó eu quero acessar o Diretran e não tem acessibilidade, como é que eu faço, isso nunca foi feito*."
E2	Segundo o entrevistado, o contato se dá através do conselho e começou antes das eleições de 2020: "*nós fizemos uma carta aberta assinada por todas as entidades de para pessoas com deficiência, para todos os candidatos que foram prefeitos, [...] enumerando várias questões dos direitos da pessoa com deficiência e depois a gente fez [...] uma live com os 2 candidatos em dias diferentes pra que eles se comprometessem.*" De acordo com ele, após o Governo tomar posse continua o contato: "*O Governo municipal agora criou um comitê intermunicipal (interdisciplinar) de acessibilidade onde que engloba todas as secretarias e deu poder do conselho, do COMDE, por exemplo, nós agora estamos chamando todas as secretarias e pra tá discutindo as questões das calçadas do município.*"

E3	Quando perguntado se existe contato entre a Associação e o Governo Municipal, o entrevistado disse que: *"a gente tem contato, mas não relacionamento (pausa), não exclusivamente sobre acessibilidade seria com o SEPLAN né, e a diretoria de acessibilidade, então assim, são só via ofício mesmo né, tem que oficializar, fazendo a sua reclamação e aí vem o retorno né. [...] O que me foi passado é que a gente sempre tem que se dirigir via ofício né. [...] Até então, a gente pensava que só falando seria resolvido, não, temos que oficializar, documentar, e a gente vai tomar essas providências*." Ao ser questionada sobre se participaram de projetos de acessibilidade, o entrevistado disse o seguinte: "*Não, nunca foi perguntado sobre isso. A gente não tem uma participação direto no plano de elaboração de acessibilidade. [...] Eu acredito que no planejamento ali quando se vai executar uma obra já pensa na acessibilidade universal. Seguir as normas da ABNT né, eu acho que seria o primeiro passo, se possível consultar a pessoa com deficiência, porque é importante pra nós que estamos sendo vistos e somos lembrados pelo poder público."*

Fonte: dados da pesquisa (2021).

Foi perguntado ao E1 se há contato entre Prefeitura Municipal de Lages e Associação de Cadeirantes ele respondeu: *"Sim, totalmente né, inclusive eu sou membro do conselho e a ASDF tem cadeira no conselho, não só a ASDF né porque as associações são representativas de todas as categorias."* Ainda segundo E1, ele fala que é necessário que as entidades representativas se manifestem junto aos órgãos do Poder Público.

A Lei nº 3703 de 02 de dezembro de 2010 de Lages corrobora com essa fala. Consta nela que o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência (COMPED) "tem por finalidade exercer funções de caráter consultivo, fiscalizador e normativo" e em seu Artigo 9º § 1º garante a participação de entidade representativa dos deficientes físicos (LAGES, 2001).

Porém, a fala do E3 questiona o contato existente. Segundo ele, *"a gente tem contato, mas não relacionamento, [...] são só via ofício mesmo né, tem que oficializar, fazendo a sua reclamação e aí vem o retorno."* Ele ainda complementa que *"até então, a gente pensava que só falando seria resolvido, não, temos que oficializar, documentar, e a gente vai tomar essas providências."*

Isso é confirmado pelo E1: *"mandar ofício para a secretaria pedindo que a Gerência de Acessibilidade se movimentasse [...], isso é um processo normal, não tem como eu como Gerente de Acessibilidade, chegar lá e dizer, olha meu secretário, a obra tal tá mal feita, eu acionar eu mesmo, claro como Fiscal da obra, eu vou apontar junto ao empreiteiro as falhas, mas eu não sou o fiscal que da notificação final da obra."*

No entanto, a Lei Complementar nº 421 de 24 de outubro de 2013 de Lages diz que o cargo de Gerente de Assuntos de Acessibilidade tem como atribuições além de acompanhar, também de fiscalizar e auxiliar assuntos relacionados as Políticas Públicas da Pessoa com Deficiência. Situação semelhante de desconhecimento de gestor foi relatada pelo estudo de Silva e Brito (2016), onde o gestor afirma que a escola não tem acessibilidade e, anteriormente, havia manifestado satisfação com a acessibilidade do local.

Segundo o E2, em Joinville o contato se dá através do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência (COMDE). O conselho foi criado pela Lei nº 4403 de 25 de dezembro de 2001 de Joinville. Segundo a Lei, estão entre as finalidades do conselho acompanhar e fiscalizar que os direitos das pessoas com deficiência sejam implantados, assim como também acompanhar e emitir parecer sobre a proposta orçamentária do município.

Visando isso, ele afirma que o conselho entregou aos candidatos a Prefeito, antes das eleições de 2020, uma carta aberta enumerando questões dos direitos da pessoa com deficiência. Após a eleição, o contato continuou segundo E2, *"O Governo municipal agora criou um comitê intermunicipal (interdisciplinar) de acessibilidade onde que engloba todas as secretarias e deu poder do conselho, do COMDE, por exemplo, nós agora estamos chamando todas as secretarias e pra tá discutindo as questões das calçadas do município."*

Em Lages a situação é diferente, segundo E3. Ao ser questionado sobre se participaram de projetos de acessibilidade, o entrevistado disse o seguinte: *"Não, nunca foi perguntado sobre isso. A gente não tem uma participação direto no plano de elaboração de acessibilidade."* Ele ainda demonstra interesse em participar de reuniões de planejamento: *"eu acho que seria o primeiro passo, se possível consultar a pessoa com deficiência, porque é importante pra nós que estamos sendo vistos e somos lembrados pelo poder público."*

O quadro 20 apresenta as categorias: Preconceito; Conhecimento sobre normas e leis; e Representante no Legislativo. Elas foram trabalhadas juntas em virtude de serem de menor frequência.

Quadro 20 – Categorias de menor frequência.

Preconceito	
E1	O entrevistado mesmo sem ser questionado sobre preconceito, deixou bem claro sua visão sobre o assunto:*"As pessoas com deficiência são mal vistas ainda, são mal interpretadas e ainda são consideradas como pessoas que não tem capacidade ou não tenham ééé possibilidades de estarem inseridas junto a sociedade e desenvolver um um trabalho que possa trazer resultados positivos. (...) Nós pessoas com deficiência ainda causamos um certo desconforto, porque eu vivo isso no dia a dia. (...) A sociedade de certa forma aaa existe ainda um preconceito hããã maquiado, não quero entrar assim, numa questão moral, mas existe. (...) As pessoas não tem o devido conhecimento, as pessoas não tem a convivência com as pessoas com deficiência e daí acabam se tornando preconceituosos, mas não que ela seja, não é claro, existem, também não vou defender todo mundo né, porque a gente sabe q eu existe pessoas que tem preconceito e preconceito direto, eu sei porque já vivi isso, mas na grande maioria é falta de conhecimento*
Representante no Legislativo	
E2	*"Pela primeira vez um vereador cadeirante no município de Joinville. Foi um dos mais votados no município. Não é a pauta principal dele, mas também está atuando e ééé ele que tá coordenando a parte de de de políticas públicas lá pras pessoas com deficiência, ele faz parte da comissão de legislação dentro da câmara de vereadores. Então, nós temos uma abertura boa com ele."*
Conhecimento sobre normas e leis	

E1	*"Porque nós estamos vivendo no século 21 e falando de acessibilidade, sendo que isso é Lei, é norma, registrada na ABNT a mais de 20 anos acessibilidade. E nós estamos questionando uma coisa que não é necessário se questionar, é necessário se fazer, porque todo mundo um dia vai ficar idoso né, e acessibilidade não traz benefício só para o deficiente físico severo que é o cadeirante, aquele que é amputado, aquele que tem uma consciência que que exige uma certa locomoção diferenciada, ele traz acessibilidade pro idoso, pro gesta.. pra gestante, pra pessoa obesa que tem dificuldade de equilíbrio, pro deficiente temporário. (...) Se a se a calçada não tiver a inclinação correta nanana longitudinal transversal a pessoa já não caminha que é o 3%, você que é uma pessoa jovem, se você caminhar numa calçada que tenha mais de 3% de inclinação transversal, você já tem desconforto pra caminhar e isso é acessibilidade. Então quando se fala em acessibilidade, não é só a rampinha, é questão da porta, questão do banheiro, questão do corrimão, questão da escada né, a largura dos corredores, por exemplo, você não pode fazer um corredor de qualquer largura, você tem que atender um padrão de segurança mais envolve acessibilidade, então é necessário que a gente venha a discutir."*
E2	*"Nós temos uma legislação muito boa. O conselho de Joinville se reuniu com todas entidades de pessoas com deficiência e com todo secretariado do município e com os vereadores instituiu aqui no município de Joinville a Política Municipal de Acessibilidade. (...) Lei 7335 de 10 de dezembro de 2012, estabelece obrigações gerais e critérios básicos de acessibilidade no município de Joinville. Foi uma lei aprovada por unanimidade na câmara de vereadores e que tem várias questões de de de acessibilidade, e como temos conversado muito aqui com o prefeito."*

O E1 foi o único dos entrevistados que mencionou o preconceito que as pessoas com deficiência sofrem. Segundo ele, "*são consideradas como pessoas que não tem capacidade ou não tenham ééé possibilidades de estarem inseridas junto a sociedade e desenvolver um um trabalho que possa trazer resultados positivos".*

O Estatuto da Pessoa com Deficiência (2015) em seu Artigo 4º diz que "toda pessoa com deficiência tem direito à igualdade de oportunidades" e que elas não devem sofrer nenhum tipo de discriminação (BRASIL, 2015). Essa prerrogativa é válida também para o trabalho, onde elas têm direito a igualdade de oportunidades e sua remuneração não pode ser inferior à de colegas que desempenham as mesmas funções (BRASIL, 2015).

Segundo Santos (2017), a acessibilidade vai além do aspecto físico, ela também pode ser atitudinal. Isso significa que o preconceito ou a discriminação também é um fator que contribui com as dificuldades de acessibilidade.

O E1 ainda diz que sobre o preconceito ao PCD: *"as pessoas não tem o devido conhecimento, as pessoas não tem a convivência com as pessoas com deficiência e daí acabam se tornando preconceituosos"*. Segundo Maciel (2018), o combate ao preconceito e discriminação é importante para garantir a mudança de atitudes negativas quanto à pessoa com deficiência. A conscientização da população é um fator que irá auxiliar na criação de ambientes mais acessíveis (MACIEL, 2018).

Leme e Fontes (2017) auxiliam nessa discussão, segundo os autores, é a integração dos cadeirantes junto a sociedade que permitiu o rompimento de preconceitos. Foi a partir do momento que os cadeirantes conseguiram circular pelos espaços urbanos e ocupar espaços na sociedade que o estigma e o preconceito podem ser trabalhados (LEME; FONTES, 2017).

Junta-se a essa discussão a fala do E2, onde ele manifesta que pela primeira em Joinville, um vereador cadeirante se elegeu. "*Foi um dos mais votados no município. (...) Ele que tá coordenando a parte de políticas públicas lá para as pessoas com deficiência"*. De acordo com Santana (2016) quando a sociedade se faz presente e tem representatividade, ela ganha poder de decisão e condição de exercer controle sobre a ação pública do Governo. Essa representatividade pode auxiliar no rompimento do preconceito, citado anteriormente, e também mostra aos cadeirantes que o Poder Público também tem espaço pra eles.

A categoria "conhecimento sobre normas e leis" não teve destaque no presente trabalho. Um dos fatores que pode ter contribuído com isso é o baixo número de pessoas entrevistadas e o fato de todos entrevistados serem cadeirantes. O E1 e o E2 manifestaram ter conhecimento a respeito das Leis e Normas Brasileiras para pessoas com deficiência. O E1 falou sobre a NBR 9050 na entrevista, citando grau de inclinação que as calçadas e rampas de acesso devem ter. Já o E2, demonstrou conhecimento sobre as Leis municipais de mobilidade urbana e a política de acessibilidade. Ele mencionou que participou do processo de criação dessas Leis, participando do COMDE.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando os desafios da acessibilidade, seja no âmbito da utilização pelos cadeirantes, como pela infraestrutura adequado realizada pela gestão pública, esse estudo buscou analisar o entendimento de acessibilidade, as dificuldades de acessibilidade nos espaços públicos urbanos, as iniciativas de acessibilidade nos municípios e o nível de comunicação existente entre a associação de cadeirantes e a gestão pública municipal.

Buscou-se avaliar as perspectivas e desafios de acessibilidade nos espaços urbanos para cadeirantes em Lages e Joinville no Estado de Santa Catarina, especificamente: (I) Investigar junto aos cadeirantes e à gestão pública municipal, as principais dificuldades de acessibilidade nos espaços urbanos de Santa Catarina; (II) Descrever as iniciativas de acessibilidade que foram e estão sendo implementadas para a acessibilidade nos espaços urbanos e (III) Comparar a comunicação entre cadeirante e gestor público.

Quanto ao objetivo I: os entrevistados entendem que acessibilidade é o direito de ir e vir, é o alcance de tudo que a cidade lhe oferece. Acessibilidade é ter acesso as calçadas e como descer delas. Acessibilidade em espaços urbanos, trata-se de obras realizadas e ruas revitalizadas onde as pessoas teriam condições de sair de suas casas.

Na literatura, as calçadas e rampas de acesso foram as maiores dificuldades de acessibilidade encontradas nos espaços urbanos. Os entrevistados abordam que a calçada é a entrada para a cidadania e que quando estão danificadas é necessário pegar a via pública para poder ter acesso para onde queiram ir, ferindo o direito ao uso da cidade e o exercício da cidadania desses cidadãos.

Em Lages, as calçadas são a maior dificuldade de acessibilidade e ainda não possui um Plano de Mobilidade Urbana e que definiria um piso padrão para todas as calçadas. O que regulamenta o padrão de edificações de calçadas no município, assim como a acessibilidade das pessoas com deficiência é o Decreto nº 6410, de 28 de junho de 2001. Já Joinville, possui um Plano de Mobilidade publicado em 25 de junho de 2016, buscando atender a Lei 12.587. Em maio de 2020, foi publicada a Lei 14.000, que prorroga prazos de adequação a Política Nacional de Mobilidade Urbana.

Outra dificuldade de acessibilidade relatada pelos entrevistados foi quanto a rampas de acesso. Quando elas se encontram fora da norma, mesmo que poucos centímetros, tornam inacessíveis as calçadas e locais que dependem de uma rampa para se ter acesso. Equipamentos urbanos que não estejam dentro dessas normas e padrões não cumprem o propósito ao qual foi projetado. Algumas calçadas possuem rampas para subir, mas não encontram rampas apropriadas para descer.

Quanto ao objetivo II: Em Lages, o Plano de Mobilidade ainda não foi apreciado pela Câmara de Vereadores. Mas existe dentro da estrutura administrativa o cargo de Gerente de Assuntos de Acessibilidade para fiscalizar e auxiliar assuntos relacionados as Políticas Públicas da Pessoa com Deficiência. Em Joinville, existe a Política Municipal de Acessibilidade, desde 2012, instituído pela Lei 7335. A falta de interesse pelos municípios ocorre em virtude dos altos investimentos necessários para adequar a acessibilidade de acordo com a legislação vigente, assim como, da vontade política em realizar obras que privilegiem um pequeno grupo de pessoas.

Quanto ao objetivo III: a comunicação entre gestores públicos e entidades representativas dos cadeirantes nos municípios pesquisados, se dá principalmente através dos Conselhos Municipais dos Direitos das Pessoas com Deficiência. No município de Lages, fora do conselho, a comunicação é burocrática, sendo exigido ofícios para pontos levantados pela associação de cadeirantes. O gestor público também cobra que as entidades representativas sejam mais atuantes nos problemas que encontram de acessibilidade. Já no município de Joinville, a comunicação foi construída convidando os políticos a discutir acessibilidade. Isso

resultou no convite da Prefeitura Municipal para o conselho integrar uma Comissão Interdisciplinar que irá planejar a edificação de calçadas do município. Porém, existe a dúvida sobre como se dá a comunicação entre as entidades representativas e os cadeirantes e é importante questionar se pessoas que não estejam inseridas dentro das organizações sociais possuem acessibilidade de comunicação com o poder público.

Evidenciam-se algumas contribuições do estudo. Os resultados deste trabalho poderão ser úteis para demonstrar que iniciativas de acessibilidade do município, devem seguir as Normas Técnicas definidas pelos órgãos responsáveis. Quando elas não são seguidas, o dinheiro gasto em obras de acessibilidade é desperdiçado, já que a acessibilidade nesses locais não será garantida.

A maior contribuição do estudo para os cadeirantes é que suas reclamações a respeito de dificuldades de acessibilidade precisam ser levadas ao gestor público. Essa fiscalização é necessária para que os municípios comecem a dar a devida importância para esse grupo de pessoas.

Para o gestor público a maior contribuição, é que a criação de um cargo público não é suficiente para garantir acessibilidade. Precisa também de políticas municipais que visam solucionar os problemas enfrentados e a discussão com as entidades representativas.

Para o meio acadêmico, a maior contribuição é dar visibilidade aos cadeirantes e suas dificuldades de acessibilidade, já que são poucos artigos publicados no Brasil a respeito do tema, assim como destaca-se ainda, que os espaços urbanos, precisam de pesquisadores trabalhando em conjunto com gestores, visando propostas de melhorias para seus locais, possibilitando reformas que atendam as normativas da NBR 9050 (2020) e que auxiliem na falta de interesse político dos gestores em relação à acessibilidade.

Por fim, ressalta-se que as análises deste estudo não foram esgotadas, visto que os assuntos aqui discorridos “Acessibilidade” e “Cadeirantes” são dinâmicos e não foram esgotados no meio científico, e especificamente a associação entre os dois temas possuem poucos estudos, evidenciando um campo favorável à investigação.

Sugere-se ainda para novos estudos que a investigação seja ampliada, contemplando maior número de Associação de cadeirantes, cadeirantes e gestores públicos.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, M. S. DE; SANTOS, L. **Análise sistemática da hospitalidade no Centro Cultural Banco do Brasil, Rio de Janeiro - RJ**. 2014. 24 f. Trabalho de conclusão de curso (graduação em hotelaria e turismo) - Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro.

ALAGAPPAN, V.; HEFFERAN, A.; PARIVALLAL, A. Exploring accessibility issues of a public building for the mobility impaired. Case study: interstate bus terminal (ISBT). **Disability and Rehabilitation: Assistive Technology**, v. 13, n. 2, p. 271-279, 2018.

ALCÂNTARA, B. A. DE et al. Brandsense: um estudo sensorial da loja Jhony Modas. **Revista Ampla de Gestão Empresarial**, v. 5, n. 2, p. 16–30, 2016.

ALMEIDA, J. L. S. DE; NOBERTO, J. C. DE M.; FREIRE, G. H. DE A. **As bibliotecas universitárias como organizações aprendentes: o caso da biblioteca do IFPB Campus Sousa**. In: XVIII Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias (SNBU 2014), 2014, Belo Horizonte. **Anais eletrônicos**... Belo Horizonte: SNBU, 2014. Disponível em: <https://www.bu.ufmg.br/snbu2014/wp-content/uploads/trabalhos/96-2209.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2019.

AMORIM, JOYVE FERNANDA GUILANDA DE; RAFANTE, HEULÁCIA CHARALO; CAIADO, KÁTIA, REGINA MORENO. A organização política das pessoas com deficiência no Brasil e suas reivindicações no campo educacional. **Revista Educação Especial**. v. 32. Santa Maria, 2019.

AMORIM, É. G.; LIBERALI, R.; MEDEIROS NETA, O. M. Avanços e desafios na atenção à saúde de pessoas com deficiência na atenção primária no Brasil: uma revisão integrativa. **Holos**, v. 1, p. 224–236, 2018.

ANDRÉ, D. A.; OLIVEIRA, E. **Análise de acessibilidade na transposição de fronteiras por cadeirantes no transporte coletivo urbano do Distrito Federal**. 2014. 106 f. Trabalho de conclusão de curso (graduação em engenharia automotiva) - Universidade de Brasília, Brasília.

ARAÚJO JR, A. D. DE et al. **Acessibilidade para cadeirantes no estádio Centro Olímpico de Ceres**. In: II Jornada Interdisciplinar - Campus Ceres, 2017, Ceres. **Anais eletrônicos**... Ceres: UniEvangélica, 2017. Disponível em: <http://repositorio.aee.edu.br/handle/aee/1702>. Acesso em: 12 dez. 2019.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). NBR 9050: Acessibilidade a edifIcações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro, 1985. Disponível em:< https://documentos.mpsc.mp.br/portal/manager/resourcesDB.aspx?path=5453>. Acesso em: 20 abril. 2021.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). NBR 9050: Acessibilidade a edifIcações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro, 2020. Disponível em:< https://www.caurn.gov.br/wp-content/uploads/2020/08/ABNT-NBR-9050-15-Acessibilidade-emenda-1_-03-08-2020.pdff>. Acesso em: 20 abril. 2021.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BARROS, T. H. M. DE; FISCHER, G. **Acessibilidade arquitetônica para pessoas com deficiência motora nas academias de Florianópolis**. 2017. 49 f. Trabalho de conclusão de

curso (graduação em educação física) - Departamento de educação física, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

BERNARDINO, M. C. R.; SUAIDEN, E. J.; CUEVAS-CERVERÓ, A. **Auditoria e gestão da imagem para a biblioteca pública: aplicação da teoria da Gestált em bibliotecas públicas de Madrid**. In: XVI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (XVI ENANCIB), 2015, João Pessoa. **Anais eletrônicos**... João Pessoa: ENANCIB, 2015. Disponível em: <http://200.20.0.78/repositorios/bitstream/handle/123456789/2886/39. AUDITORIA E GESTÃO DA IMAGEM.pdf?sequence=1>. Acesso em: 12 dez. 2019.

BORTOLAIA, B. DE F. S.; SADER, A. P. C. **Requalificação da Biblioteca de Araçatuba-SP**. 2016. 41 f. Trabalho de conclusão de curso (graduação em arquitetura e urbanismo) - Centro Universitário Toledo, Araçatuba.

BORTOLLI, J. DE Q. DE; SCHNEIDER FILHO, D. A. **Melhoria da atenção à saúde dos idosos, UBS São José das Missões, São José das Missões, RS**. 2014. 99 f. Trabalho de conclusão de curso (especialização em saúde da família) - Universidade Federal de Pelotas/Universidade Aberta do Sistema Único de Saúde, Pelotas.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 12 dez. 2019.

BRASIL. **Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990.** Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Brasília: Congresso Nacional, 1990. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm>. Acesso em: 12 dez. 2019.

BRASIL. **Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000**. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília: Congresso Nacional, 2007. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l10098.htm>. Acesso em: 12 dez. 2019.

BRASIL. **Lei nº 11.133, de 14 de julho de 2005**. Institui o Dia Nacional de Luta da Pessoa Portadora de Deficiência. Brasília: Congresso Nacional, 2005. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11133.htm>. Acesso em: 12 dez. 2019.

BRASIL. **Política Nacional de Saúde da Pessoa com Deficiência/Ministério da Saúde**, Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. – Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2010. Disponível em:<http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_pessoa_com_deficiencia.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2019.

BRASIL. **Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012**. Institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana. Brasília: Congresso Nacional, 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12587.htm>. Acesso em: 12 dez. 2019.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília: Congresso Nacional,

2015. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm>. Acesso em: 12 dez. 2019.

BRASIL. **Lei nº 14.000, de 19 de maio de 2020**. Altera a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, que institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana. Brasília: Congresso nacional, 2020. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/L14000.htm>. Acesso em 25 de setembro de 2021.

BRITO, J. M. DE; SILVA, A. B. DA. **Condições de acessibilidade para alunos cadeirantes em uma escola estadual da zona urbana do município de Remígio-PB**. In: II Congresso Internacional de Educação Inclusiva, 2016, Campina Grande. **Anais eletrônicos**... Campina Grande: CINTEDI, 2016. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/revistas/cintedi/trabalhos/TRABALHO_EV060_MD1_SA6_ID601_13102016100436.pdf>. Acesso em 12 dez. 2019.

CALIXTO, J. E. L.; JARDIM, D. F. **As pegadas visíveis de pessoas (in)visíveis: estudo antropológico sobre imigrantes sem documentos em Porto Alegre e Região Metropolitana**. 2016. 57 f. Trabalho de conclusão de curso (graduação em ciências sociais) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

CAMARGO, P. E. DE; SORNAS, M. D. H. **Acessibilidade em escolas estaduais: estudo de caso no município de Campo Belo-MG**. 2018. 67 f. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em engenharia civil) - Centro Universitário de Formiga, Formiga.

CARDOSO, E. F.; CUNHA, G. F. DA. **Tétrades : relato de uma experiência de ensino da improvisação aplicada aos teclados percussivos**. 2015. 78 f. Trabalho de conclusão de curso (graduação em licenciatura em música) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal.

CASSAPIAN, M. R.; RECHIA, S. Lazer para todos? Análise de acessibilidade de alguns parques de Curitiba, PR. **Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar**, v. 22, n. 1, p. 25–38, 2014.

CENSO DEMOGRÁFICO 2010. **Características gerais da população, religião e pessoas com deficiência.** Rio de Janeiro: IBGE, 2012. Acompanha 1 CD-ROM. Disponível em:<ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2010/Caracteristicas_Gerais_Religiao_Deficiencia/caracteristicas_religiao_deficiencia.pdf> Acesso em: 12 dez. 2019.

CONCEIÇÃO, M. C. DA S. DA; CARMO, S. S. **Conservação preventiva em edifícios de museus: estudo de caso do Museu de Arte Sacra de Laranjeiras/SE**. 2019. 83 f. Trabalho de conclusão de curso (graduação em museologia) - Departamento de Museologia, Universidade Federal de Sergipe, Laranjeiras.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

CORRÊA, ROBERTO LOBATO. **O Espaço Urbano**. 4º ed. São Paulo: Editora Ática, 2004.

COSTA, A. J. DOS S.; BASSANI, J. J.; PINTO, F. M. **O espaço em escolas públicas municipais de Florianópolis e sua implicação nas escolhas curriculares de professores de Educação Física**. 2015. 252 f. Dissertação (Mestrado em educação física) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

COSTA, Ê. R. P. DA; TAVEIRA, M. DA S. **Análise dos resultados do projeto de inventariação turística no polo seridó**. 2017. 93 f. Trabalho de conclusão de curso

(Graduação em turismo) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Currais Novos.

COSTA, M. F. L. DA; SOUZA, C. T. R. DE. Acessibilidade e inclusão de cadeirantes na Universidade Federal do Pará. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, v. 9, n. 2, p. 459–469, 2014.

COSTA, R. DE O.; SILVA, O. O. N. DA. Análise dos projetos públicos de inclusão das pessoas com deficiência em uma cidade do interior do Brasil, 1985 a 2016. **Revista Inclusiones**, v. 3, n. 3, p. 106–121, 2016.

COUTO, D. R. F. DO; CUTY, J.; BERTOTTO, M. **Narrativas sobre a experiência em uma exposição acessibilizada**. 2017. 92 f. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em museologia) - Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

CRYTZER, T. M. et al. Identifying research needs for wheelchair transfers in the built environment. **Disability and Rehabilitation: Assistive Technology**, 2015. Disponível em:<https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.3109/17483107.2015.1042079?journalCode=iidt20>. Acesso em: 12 dez. 2019.

DOLBOW, D. R.; FIGONI, S. F. Accommodation of wheelchair-reliant individuals by community fitness facilities. **Spinal Cord**, v. 53, n. 7, p. 515–519, 2015.

DUTRA, R. D.; CHAVEIRO, E. F. **Olhos que tocam o chão, corpos na contramão: PCD, acessibilidade e mobilidade no Centro Histórico da cidade de Goiás**. 2018. 106 f. Dissertação (Mestrado em geografia) - Instituto de Estudos Socioambientais, Universidade Federal de Goiás, Goiania.

FÉLIX, A. B.; FERREIRA, O. L. **Acessibilidade em estabelecimentos de Esino Superior em Brasília: o caso do curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário de Brasília (UNICEUB)**. 2015. 143 f. Trabalho de conclusão de curso (Especialização em reabilitação ambiental sustentável arquitetônica e urbanística) - Universidade de Brasília, Brasília.

FOGANHOLI, C.; GONÇALVES JUNIOR, L. Lazer de Pessoas com deficiências: significando, aprendendo e ensinando. **Licere**, v. 18, n. 2, p. 59–95, 2015.

FREITAS, FELIPE MIRANDA ALMEIDA; ARAÚJO, LUCIANA ALMEIDA DE FREITAS. **Acessibilidade para cadeirantes no espaço urbano**. 2019. 16 f. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Engenharia Civil) - Faculdade Aldete Maria Alves, Iturama.

FROST, K. L.; BERTOCCI, G.; STILLMAN, M. D.; SMALLEY, C.; WILLIAMS, S. Health Care Utilization and Barriers Experienced by Individuals With Spinal Cord Injury. **Physical Medicine and Rehabilitation**, v. 95, n. 6, ed june, p. 1114-1126, 2014.

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE JOINVILLE (IPPUJ). PlanMOB: Plano de Mobilidade Urbana de Joinville. Ed. 02. Prefeitura municipal: Joinville, 2016. Disponível em: < https://www.joinville.sc.gov.br/wp-content/uploads/2016/06/Caderno-PlanMOB-Volume-I-Plano-de-Mobilidade-Urbana-de-Joinville-Ed-02-2016.pdf>. Acesso em 25 de setembro de 2021.

GOMES, B. DE O.; FONSECA FILHO, A. DA S. **Design Hostels: uma experiência diferenciada e personalizada de hospedagem**. 2014. 99 f. Trabalho de conclusão de curso

(Graduação em turismo) - Universidade Federal Fluminense, Niterói.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Brasileiro de 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Classificação e caracterização dos espaços rurais e urbanos do Brasil : **uma primeira aproximação.** Rio de janeiro: IBGE, 2017.

JOINVILLE. **Lei nº 4403, de 25 de setembro de 2001**. Dispõe sobre a criação do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência e do fundo municipal dos direitos da pessoa portadora de deficiência. Câmara Municipal de Vereadores: Joinville, 2001. Disponível em: < https://cm-joinville.jusbrasil.com.br/legislacao/503199/lei-4403-01>. Acesso em 25 de setembro de 2021.

JOINVILLE. **Lei nº 7335, de 10 de dezembro de 2012**. Estabelece obrigações gerais e critérios básicos de acessibilidade no município de Joinville. Câmara Municipal de Vereadores: Joinville, 2012. Disponível em: < https://leismunicipais.com.br/a/sc/j/joinville/lei-ordinaria/2012/733/7335/lei-ordinaria-n-7335-2012-estabelece-obrigacoes-gerais-e-criterios-basicos-de-acessibilidade-no-municipio-de-joinville>. Acesso em 25 de setembro de 2021.

KLUSENER, M. R.; RAMPELOTTO, E. M. **Acessibilidade e inclusão: experiências no cotidiano escola de alunos que utilizam cadeira de rodas no município de Santa Maria/RS**. 2017. 38 f. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em educação especial) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria.

LAGES. **Decreto nº 6410, de 28 de junho de 2001**. Regulamente o padr'ao da edificação de calçadas, estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção de acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobiliddade reduzida e dá outras providências. Prefeitura Municipal: Lages, 2001. Disponível em: < https://leismunicipais.com.br/a1/sc/l/lages/decreto/2001/641/6410/decreto-n-6410-2001-regulamenta-o-padrao-da-edificacao-de-calcadas-estabelece-normas-gerais-e-criterios-basicos-para-a-promocao-de-acessibilidade-das-pessoas-portadoras-de-deficiencia-ou-com-mobiliddade-reduzida-e-da-outras-providencias>. Acesso em 25 de setembro de 2021.

LAGES. **Lei nº 3703 de 2 de dezembro de 2010**. Cria o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência e dá outras providências. Câmara Municipal de Vereadores: Lages, 2010. Disponível em: < https://leismunicipais.com.br/a/sc/l/lages/lei-ordinaria/2010/370/3703/lei-ordinaria-n-3703-2010-cria-o-conselho-municipal-dos-direitos-da-pessoa-com-deficiencia-e-da-outras-providencias>. Acesso em 25 de setembro de 2021.

LAGES. **Lei complementar nº 421, de 24 de outubro de 2013**. Cria Gerência de assuntos de acessibilidade, na estrutura organizacional da administração municipal. Câmara Municipal de Vereadores: Lages, 2013. Disponível em: < https://leismunicipais.com.br/a/sc/l/lages/lei-complementar/2013/42/421/lei-complementar-n-421-2013-cria-gerencia-de-assuntos-de-acessibilidade-na-estrutura-organizacional-da-administracao-municipal-alterando-a-lei-complementar-n-409-de-07-022013>. Acesso em 25 de setembro de 2021.

LANNA JÚNIOR, MÁRIO CLÉBER MARTINS (Comp.). História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil. - Brasília: Secretaria de Direitos Humanos. Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2010. Disponível em: < https://www.al.sp.gov.br/repositorio/bibliotecaDigital/21097_arquivo.pdf>. Acesso em 25 de abril de 2021.

LEANDRO, M. L. P. **Acessibilidade no campus Cidade Universitária UNIS-MG**. 2016. 92 f. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em arquitetura de urbanismo) - Centro Universitário do Sul de Minas, Varginha.

LEME, R. S.; FONTES, S. DA C. Da integração à inclusão social: o estatuto das pessoas com deficiência e a concretização da inclusão pelos direitos assegurados. **Revista Jurídica da UNI7**, v. 14, n. 1, p. 89–107, 2017.

LOMBARDI, A. P.; LÖWEN SAHR, C. L. Inclusão socioespacial de pessoas com deficiência no programa "Minha casa minha vida": dicotomias entre o discurso político e a ação efetiva. **Revista Eleuthera**, v. 12, p. 13–33, 2015.

LOURENÇO, C. S.; MENDONÇA, A. C. S.; REIS, A. DE A. **Acessibilidade para cadeirantes em parques/espaços de lazer de Aracaju/Sergipe**. In: 10º Encontro Internacional de Formação de professores (10º ENFOPE), 2017, Aracaju. **Anais eletrônicos**... Aracaju: Universidade Tiradentes, 2017. Disponível em: <http://www.anped.org.br/content/10o-encontro-internacional-de-formacao-de-professores-enfope-e-o-11o-forum-permanente-de>. Acesso em: 12 dez. 2019.

MACEDO, S. R.; ROCHA, C. A. DE S. Estrutura dos meios de hospedagem para pessoas com deficiência em Santa Catarina. **Navus - Revista de Gestão e Tecnologia**, v. 6, p. 67–76, 2016.

MACIEL, P. V. T.; MÂSIH, R. T. **Análise ergonômica e de acessibilidade dos usuários cadeirantes do restaurante universitário da Universidade Federal do Ceará**. 2018. 76 f. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em engenharia de produção mecânica) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.

MARQUES, A. C.; RODRIGUES, F. X. F. **Qualidade no atendimento ao público: um estudo na Delegacia Especializada de Roubos e Furtos de Cuiabá**. 2014. 59 f. Trabalho de conclusão de curso (Especialização em políticas de segurança pública e direitos humanos) - Núcleo Interinstitucional de Estudos da Violência e Cidadania, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá.

MARTINS, A. K.; PÁDUA, R. F. DE. **Comércio de rua no contexto urbano da área central de João Pessoa: ocupação, conflitos e incertezas**. 2018. 63 f. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em geografia) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.

MARTINS, K. P. et al. Estrutura interna de Unidades de Saúde da Família: acesso para as pessoas com deficiência. **Revista Ciência e Saúde Coletiva**, v. 21, n. 10, p. 3153–3160, 2016.

MATTOS, P. L. C. L. DE. A entrevista não-estruturada como forma de conversação : razões e sugestões para sua análise. **Revista de Administração Pública**, v. 39, n. 4, p. 823–846, 2005.

MENDES, D. L. DE A.; RAMOS, M. D. P. **Políticas Públicas de esporte e lazer no município de Quixabeira-Bahia entre os anos de 1989 a 2016**. 2016. 112 f. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em licenciatura em educação física) - Universidade do Estado de Bahia, Jacobina.

MERECCI, A. M. DA S.; SOARES, C. A. L. **Acessibilidade do cadeirante no Centro Cultural Solar do Jambeiro**. 2017. 30 f. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em tecnólogo em hotelaria) - Universidade Federal Fluminense, Niterói.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência: conheça o

atendimento oferecido pelo SUS. Disponível em: < https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2021-1/setembro/dia-nacional-de-luta-da-pessoa-com-deficiencia-conheca-o-atendimento-oferecido-pelo-sus>. Brasília, 2021. Acesso em: 20 de outubro de 2021.

MIRON, E. M.; COSTA, M. DA P. R. DA. Barreiras físicas e o acesso às aulas de educação física. **Pensar a Prática**, v. 17, n. 2, p. 377–394, 2014.

MOTA, D. DA; COELHO, S. D. Eventos sociais como estratégia de atratividade e redução dos impactos da sazonalidade na hotelaria: o caso do Gran Marquise hotel, Fortaleza-CE. **Revista Eletrônica Gestão e Serviços**, v. 7, n. 2, p. 1576–1601, 2016.

NETO, O. C. O trabalho de campo como descoberta e criação. In: **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 21. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2002. p. 51–66.

NÓBREGA, D. O.; ANDRADE, E. DOS R. G.; MELO, E. S. DO N. Pesquisa com grupo focal: contribuições ao estudo das representações sociais. **Psicologia e Sociedade**, v. 28, n. 3, p. 433–441, 2016.

NUNES, R. B.; RODRIGUES, E. A. Calçadas Públicas como Fator de Acessibilidade e Mobilidade Urbana na Cidade de Tefé-AM. **Revista Perspectiva Geográfica**, v. 12, n. 17, p. 164–180, 2017.

OLIVEIRA, J. A. A. DE; PFEIFER, M. **Acessibilidade para cadeirantes no Colégio Estadual José Bonifácio em Paranaguá**. 2015. 22 f. Trabalho de conclusão de curso (Especialização em educação em direitos humanos) - Universidade Federal do Paraná, Paranaguá.

OLIVEIRA, R. A. D. DE et al. Barreiras de acesso aos serviços em cinco Regiões de Saúde do Brasil: percepção de gestores e profissionais do Sistema Único de Saúde. **Cadernos de saude publica**, v. 35, n. 11, p. 1–13, 2019.

OLIVEIRA, R. DE C. M. DE. (Entre) Linhas de uma pesquisa: o Diário de Campo como dispositivo de (in) formação na/da abordagem (Auto) biográfica. **Revista Brasileira de Educação de Jovens e Adultos**, v. 2, n. 4, p. 69–87, 2014.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Convention on the Rights of Persons with Disabilities (CRPD). Disponível em: < https://www.un.org/development/desa/disabilities/convention-on-the-rights-of-persons-with-disabilities.html>. Acesso em 25 abril de 2021.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Declaração universal dos direitos humanos. Nações Unidas. Disponível em: < https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>. Acesso em: 12 dez de 2019.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. History of United Nations and Persons with Disabilities – A human rights approach: the 1970s. Disponível em: < https://www.un.org/development/desa/disabilities/history-of-united-nations-and-persons-with-disabilities-a-human-rights-approach-the-1970s.html>. Acesso em 25 abril de 2021.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. World Programme of Action Concerning Disabled Persons. Disponível em: < https://www.un.org/development/desa/disabilities/resources/world-programme-of-action-concerning-disabled-persons.html>. Acesso em 25 abril de 2021.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. International Day of Persons with Disabilities – 3 December. Disponível em: < https://www.un.org/development/desa/disabilities/international-day-of-persons-with-disabilities-3-december.html>. Acesso em 25 abril de 2021.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Relatório mundial sobre a deficiência.** Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência (SEDPcD). São Paulo: 2012. Disponível em:<https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/44575/9788564047020_por.pdf;jsessionid=759868A9D957BF30CF5D0D5CC97479AA?sequence=4>. Acesso em: 12 dez. 2019.

PEREIRA, DORALICE BARROS; CAIAFFA, WALESKA TEIXEIRA; DE OLIVEIRA, VENEZA BERENICE. Saúde e espaço urbano: **entrelaces de saberes em contexto de pós-graduação**. Cad. Metrop. 23 (52). Sep-Dec 2021, São Paulo, 2021.

PEREIRA, J. C. RODRIGUES. **Análise de dados qualitativos: Estratégias Metodológicas para as Ciências da Saúde Humana e Sociais**. 3. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

PEREZ, M. M. H.; JACCOTTET, C. M. G. **Melhoria da Atenção aos Usuários com Hipertensão Arterial Sistêmica e/ou Diabetes Mellitus na Unidade Básica de Saúde Boa Passagem, Caicó/RN**. 2015. 109 f. Trabalho de conclusão de curso (Especialização em saúde da família) - Universidade Federal de Pelotas/Universidade Aberta do Sistema Único de Saúde, Pelotas.

PHILIPPI JUNIOR, A.; SILVA NETO, A. J. Interdisciplinaridade em ciência, tecnologia e inovação. Manole, São Paulo, 2010.

PUPO, E. R.; BRANT, A. G. **Melhoria da atenção à saúde da criança de zero a 72 meses na UBS Nossa Senhora das Graças, Arvorezinha/RS**. 2016. 84 f. Trabalho de conclusão de curso (Especialização em saúde da família) - Universidade Federal de Pelotas/Universidade Aberta do Sistema Único de Saúde, Pelotas.

RAYNAUT, C. **Interdisciplinaridade: mundo contemporâneo, complexidade e desafios à produção e à aplicação de conhecimentos.** In: Interdisciplinaridade em Ciência, Tecnologia e Inovação. 1. ed. São Paulo: Editora: Manole, 2011.

REINALDO, B. A. et al. **Acessibilidade na universidade: os meios de acesso para permanência de pessoas cadeirantes na Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA)**. In: VI Congresso Nacional de Educação (VI CONEDU), 2019, Fortaleza. **Anais eletrônicos**... Fortaleza: CONEDU, 2019. Disponível em: <http://www.editorarealize.com.br/revistas/conedu/trabalhos/TRABALHO_EV127_MD1_SA11_ID12345_26092019150918.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2019.

REIS, J. L. DOS S.; BISOGNIN, E. **Melhoria da atenção aos usuários com hipertensão arterial e/ou diabetes mellitus na ESF de Gravito, Catu/BA**. 2014. 86 f. Trabalho de conclusão de curso (Especialização em saúde da família) - Universidade Federal de Pelotas/Universidade Aberta do Sistema Único de Saúde, Pelotas.

ROCHA, E. C. O. et al. Imagens de alta resolução na análise da acessibilidade para cadeirantes na Universidade Federal de Pernambuco - UFPE. **Revista Brasileira de Geomática**, v. 4, n. 3, p. 146–154, 2016.

ROCKENBACH, C. W. **Estudo sobre a execução da política de assistência social em municípios da Região das Missões: uma análise à luz dos valores do humanismo**. 2017.

94 f. Dissertação (Mestrado em desenvolvimento e políticas públicas) - Universidade Federal da Fronteira Sul, Cerro Largo.

SAAD FILHO, A. M. et al. **Acessibilidade para cadeirantes nas proximidades do Manauara Shopping - Estudo de caso: Av. Mário Ypiranga**. In: Congresso Técnico Científico da Engenharia e da Agronomia (CONTECC 2018), 2018, Maceió. **Anais**... Maceió: CONTECC, 2018. Disponível em: <http://www.confea.org.br/sites/default/files/antigos/contecc2018/civil/8_apcnpdmsedcamy.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2019.

SAMPAIO, J. et al. Limites e potencialidades das rodas de conversa no cuidado em saúde : uma experiência com jovens no sertão pernambucano. **Interface**, v. 18, p. 1299–1312, 2014.

SÁNCHEZ-CRIADO, T.; BLANCO, F. **Herramientas Básicas para la Investigación Cualitativa. Introducción al manejo del programa de análisis QDA Miner 1.2**. Madrid: Manuscrito, 2005.

SANTA CATARINA (ESTADO). Com alto potencial econômico, SC está entre os melhores Estados do Brasil. Governo de Santa Catarina, Florianópolis. Disponível em: <https://www.sc.gov.br/index.php/conhecasc>. Acesso em: 12 dez. 2019.

SANTANA, L. L. DE S.; MACIEL, C. E. **Acesso e permanência na educação superior - estratégias e ações da divisão de acessibilidade e ações afirmativas/DIAF na UFMS**. 2016. 159 f. Dissertação (Mestrado em educação) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande.

SANTOS, R. S. et al. Acessibilidade de cadeirantes em um equipamento específico de lazer: o Estádio de Futebol Batistão na cidade de Aracaju/SE. **Licere**, v. 20, n. 3, p. 289–312, 2017.

SANTOS, R. S. DE S.; SILVA, M. A. T. DA. **Acessibilidade na biblioteca central da Universidade Federal da Paraíba: um estudo com usuários em cadeiras de rodas**. 2017. 75 f. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em biblioteconomia) - Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.

SCHMITZ, A.; SILVEIRA, J. DA. Condições de mobilidade e acessibilidade para cadeirantes: estudo de caso no campus da Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC. **Brazilian Journal of Development**, v. 5, n. 4, p. 3690–3706, 2019.

SCHWABE, C. G. et al. Acessibilidade de Cadeirantes - Museu da Água de Blumenau/SC. **Revista Maiêutica**, v. 1, n. 1, p. 11–19, 2017.

SILVA, A. P. M.; NOMIYAMA, S. **Melhoria da qualidade do atendimento aos usuários com hipertensão arterial e/ou diabetes na UBS/ESF Edimar Medeiros de Sousa, Cabeceiras do Piauí, PI**. 2015. 81 f. Trabalho de conclusão de curso (Especialização em saúde da família) - Universidade Federal de Pelotas/Universidade Aberto do Sistema Único de Saúde, Pelotas.

SILVA, A. B. DA; BRITO, J. M. DE. **Percepção dos gestores sobre a acessibilidade de pessoas em cadeira de rodas nas escolas municipais no município de Algodão de Jandaíra-PB**. In: II Congresso Internacional de Educação Inclusiva (CINTEDI), 2016, Campina Grande. **Anais eletrônicos**... Campina Grande: CINTEDI, 2016. Disponível em:<https://editorarealize.com.br/revistas/cintedi/trabalhos/TRABALHO_EV060_MD1_SA6_ID599_26082016230045.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2019.

SILVA, Á. P. B. DA; GUERREIRO, P. O. **Melhoria da Atenção da Prevenção do Câncer de Colo de Útero e do Câncer de Mama na Unidade Básica de Saúde Doca Moura,**

Beneditinos/PI. 2015. 66 f. Trabalho de conclusão de curso (Especialização em saúde da família) - Universidade Federal de Pelotas/Universidade Aberta do Sistema Único de Saúde, Pelotas.

SILVA, M. A. C.; BARRETO, L. M. T. DA S. **Centro de turismo de Petrópolis - Natal/RN: uma análise da qualidade dos serviços**. 2015. 66 f. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em turismo) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal.

SOARES, V. M. A.; ROSA FILHO, A. **Habitação de interesse social ou segregação induzida? Um estudo sobre o conjunto Pérolas do Rio Branco em Boa Vista-RR**. 2017. 158 f. Dissertação (Mestrado em geografia) - Universidade Federal de Roraima, Boa Vista.

SPIAZZI, G. C. R.; CUNHA, M. A. G. DE M. **Melhoria da Atenção à Saúde da Criança de 0 a 72 Meses na Unidade de Saúde Espaço Verde, Amargosa, Bahia**. 2014. 80 f. Trabalho de conclusão de curso (Especialização em saúde da família) - Universidade Federal de Pelotas/Universidade Aberta do Sistema Único de Saúde, Pelotas.

STAKE, ROBERT E. **Pesquisa qualitativa: como as coisas funcionam**. Porto Alegre: Penso, 2011.

TESSIMA, R. M.; HEDLER, H. C. **O que pensam as pessoas com deficiência sobre a inclusão no setor bancário brasileiro: um estudo qualitativo**. 2017. 75 f. Dissertação (Mestrado em gestão do conhecimento e tecnologia da informação) - Universidade Católica da Brasília, Brasília.

TOMASZEWSKI, A. N.; PEREIRA, A. C. C. **Onde os sonhos se tornam realidade: o atendimento de qualidade no Walt Disney World**. 2019. 71 f. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em relações públicas) - Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

TORKIA, C. et al. Power wheelchair driving challenges in the community: A users' perspective. **Disability and Rehabilitation: Assistive Technology**, v. 10, n. 3, p. 211–215, 2015.

UTZIG, E. E. et al. **Práticas participativas no Beco das Pedras**. In: XXXV Encuentro y XX Congreso de escuelas y facultades de Arquitectura de universidades públicas de América del Sur (ARQUISUR 2016), Concepción. **Anais eletrônicos**... Concepción: ARQUISUR, 2016. Disponível em: < https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/185353/Resumo_35160.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 12 dez. 2019.

VASCONCELOS, G. S. DOS S.; MACIEL, V. R. **Os desafios no funcionamento dos Conselhos Tutelares de Fortaleza/Ceará - sob a ótica dos conselheiros tutelares**. 2014. 93 f. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em serviço social) - Faculdade Cearence, Fortaleza.

VASCONCELOS, L. R.; PAGLIUCA, L. M. F. Mapeamento da acessibilidade do portador de limitação física a Serviços Básicos de Saúde. **Escola Anna Nery**, v. 10, n. 3, p. 494–500, 2010.

VIEIRA, P. A.; MIRANDA, D. R. **Uma escola pública inclusiva: novos paradigmas, novas perspectivas**. 2018. 172 f. Dissertação (Mestrado em gestão e avaliação da educação pública) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora.

APÊNDICE 1

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE
(Resolução 510/2016 CNS/CONEP)

Você está sendo convidado(a) a participar do projeto de pesquisa intitulado "Perspectivas de desafios de acessibilidade e mobilidade urbana dos cadeirantes nos municípios de Santa Catarina". O objetivo deste trabalho é analisar as perspectivas e desafios de acessibilidade e mobilidade urbana dos cadeirantes nos municípios de Santa Catarina. Para realizar o estudo será necessário que se disponibilize a participar numa entrevista não-estruturada. Nesta entrevista, serão levantadas questões relacionadas com a acessibilidade e mobilidade urbana. Para a instituição e para sociedade, esta pesquisa servirá como parâmetro para avaliar os desafios e perspectivas de acessibilidade e mobilidade urbana dos cadeirantes nos municípios de Santa Catarina. De acordo com a resolução 510/2016 "toda pesquisa com seres humanos envolve risco em tipos e gradações variados". A sua participação terá risco mínimo, não havendo situações que possam ser citadas, porém, caso exista algum desconforto emocional, estresse ou algo relacionado a transtorno de ansiedade serão solucionados/minimizados sendo encaminhado para o local de atendimento público mais próximo de forma gratuita. Em virtude de as informações coletadas serem utilizadas unicamente com fins científicos, sendo garantidos o total sigilo e confidencialidade, através da assinatura deste termo, o qual receberá uma cópia. Mesmo depois de assinar o participante continua com o direito de pleitear indenização por reparação de danos que apresente nexo causal com a pesquisa

Os benefícios da pesquisa serão compreender as perspectivas e desafios da acessibilidade e mobilidade urbana em seu município, verificar se adaptações de acessibilidade foram realizadas da forma correta e comparar a visão do cadeirante e da administração municipal quanto a acessibilidade.

Você terá o direito e a liberdade de negar-se a participar desta pesquisa total ou parcialmente ou dela retirar-se a qualquer momento, sem que isto lhe traga qualquer prejuízo com relação ao seu atendimento nesta instituição, de acordo com a Resolução CNS nº510/2016 e complementares.

Para qualquer esclarecimento no decorrer da sua participação, estarei disponível através do telefone/what's app: (47) 98874-1072 e email: deiwyttpsicologia@gmail.com. Se necessário também poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade do Planalto Catarinense UNIPLAC, Av. Castelo Branco, 170, bloco 1, sala 1226, Lages SC, (49) 32511086, e-mail: cep@uniplaclages.edu.br. Desde já agradecemos!

Eu _____ CPF _____ declaro que após ter sido esclarecido (a) pelo(a) pesquisador(a), lido o presente termo, e entendido tudo o que me foi explicado, concordo em participar da Pesquisa.

_____

(nome e assinatura do sujeito da pesquisa e/ou responsável legal)

Lages, _____ de _____ de_____

Responsável pelo projeto: Deiwytt Naomar Rustick
Endereço para contato: Rua Armando Fontolan, 126 – Itajaí/SC
Telefone para contato: (47) 98874-1072
E-mail: deiwyttpsicologia@gmail.com

Anexo 1 – Documento de Aprovação do CEP

UNIVERSIDADE DO PLANALTO CATARINENSE - UNIPLAC

Plataforma Brasil

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Perspectivas e desafios de acessibilidade nos espaços urbanos para cadeirantes no município de Lages/SC

Pesquisador: DEIWYTT NAOMAR RUSTICK

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 46240920.0.0000.5368

Instituição Proponente: Universidade do Planalto Catarinense - UNIPLAC

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 4.724.107

Apresentação do Projeto:

Perspectivas e desafios de acessibilidade nos espaços urbanos para cadeirantes em Lages no Estado de Santa Catarina

Objetivo da Pesquisa:

Analisar as perspectivas e desafios de acessibilidade nos espaços urbanos para cadeirantes em Lages no Estado de Santa Catarina.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Poderá ocasionar desconforto psicológico, uma vez que propõe uma reflexão sobre seu cotidiano. Caso isso venha acontecer, o pesquisador deverá
ser informado e, em razão de sua formação em Psicologia, prestará o suporte necessário, sem ônus ao participante. Caso isso se mantenha, o
pesquisador encaminhará o participante para atendimento especializado, algo que não representará qualquer custo ao mesmo.

Benefícios:

Em relação aos benefícios, estes serão indiretos, pois a pesquisa possibilitará aos participantes refletir sobre as perspectivas e desafios da
acessibilidade no município pesquisado, verificar se adaptações de acessibilidade foram realizadas

Endereço: Av. Castelo Branco, 170 - Bloco I - Sala 1226
Bairro: Universitário **CEP:** 88.509-900
UF: SC **Município:** LAGES
Telefone: (49)3251-1066 **E-mail:** cep@uniplaclages.edu.br

de acordo com as necessidades dos cadeirantes
e comparar a visão do cadeirante e da administração municipal quanto a acessibilidade e suas aderências. Além disso, a produção de
conhecimentos à cerca da temática em tela representará benefício à comunidade científica e à sociedade de modo geral.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Trata se se uma pesquisa qualitativao projeto se enquadra na Resolução 510 do CONEP

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

- vide conclusões ou pendências e lista de inadequações.

Recomendações:

-vide conclusões ou pendências e lista de inadequações.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

o projeto reapresentado não fere as resoluções do CONEP.

Considerações Finais a critério do CEP:

O desenvolvimento da pesquisa, deve seguir os fundamentos, metodologia e preposições, do modo em que foram apresentados e avaliados por este CEP, qualquer alteração, deve ser imediatamente informada ao CEP-UNIPLAC, acompanhada de justificativa.

O pesquisador deverá observar e cumprir os itens relacionados abaixo, conforme descrito na Resolução nº 466/2012.

a) Desenvolver o projeto conforme delineado;

b) Elaborar e anexar na Plataforma Brasil os relatórios parcial e final;

c) Apresentar dados solicitados pelo CEP ou pela CONEP a qualquer momento;

d) Manter os dados da pesquisa em arquivo, físico ou digital, sob sua guarda e responsabilidade, por um período de 5 anos após o término da pesquisa;

e) Encaminhar os resultados da pesquisa para publicação, com os devidos créditos aos pesquisadores associados e ao pessoal técnico integrante do projeto; e

f) Justificar fundamentalmente, perante o CEP ou a CONEP. Interrupção do projeto ou a não publicação dos resultados.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1555880.pdf	28/04/2021 10:10:35		Aceito
Outros	declaracaodecompromisso.pdf	28/04/2021 10:09:52	DEIWYTT NAOMAR RUSTICK	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	projetocep.pdf	25/04/2021 22:57:30	DEIWYTT NAOMAR RUSTICK	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_Deiwytt.docx	25/04/2021 22:56:41	DEIWYTT NAOMAR RUSTICK	Aceito
Cronograma	Cronograma.pdf	25/04/2021 22:30:15	DEIWYTT NAOMAR RUSTICK	Aceito
Outros	Roteirodeentrevista.pdf	21/04/2021 14:47:55	DEIWYTT NAOMAR RUSTICK	Aceito
Orçamento	Orcamento.pdf	21/04/2021 14:38:59	DEIWYTT NAOMAR RUSTICK	Aceito
Outros	declaracaodeconcordanciacadeirantes.pdf	15/04/2021 21:13:49	DEIWYTT NAOMAR RUSTICK	Aceito
Declaração de concordância	declaracaoconcordanciaprefeitura.pdf	15/04/2021 20:57:12	DEIWYTT NAOMAR RUSTICK	Aceito
Folha de Rosto	Folhaderostoprojetodeiwytt.pdf	23/05/2020 23:40:17	DEIWYTT NAOMAR RUSTICK	Aceito

Situação do Parecer:
Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:
Não

LAGES, 20 de Maio de 2021

Assinado por:
Odila Maria Waldrich
(Coordenador(a))

Endereço: Av. Castelo Branco, 170 - Bloco I - Sala 1226
Bairro: Universitário **CEP:** 88.509-900
UF: SC **Município:** LAGES
Telefone: (49)3251-1066 **E-mail:** cep@uniplaclages.edu.br